

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO HUMANO**

José Dimas Ramos Mota Junior

**BANCO DO POVO PAULISTA: o enfrentamento da pobreza por
mecanismos de financiamento popular.**

Taubaté – SP

2021

José Dimas Ramos Mota Junior

BANCO DO POVO PAULISTA: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular.

BANCO DO POVO: addressing poverty popular financing mechanisms

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2021

JOSÉ DIMAS RAMOS MOTA JUNIOR

BANCO DO POVO: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano

Orientador: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: 24/04/2021

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Elisa Maria de Andrade Brisola – UNITAU

Membro: Profa. Dra. Juliana Marcondes Bussolotti – UNITAU

Membro: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Junior - UNIS

Dedico esse trabalho:
A toda minha família.
E a todos que querem ver o mundo livre da pobreza.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por permitir que cada uma dessas maravilhosas pessoas, aqui citadas ou não, passassem por ela.

Ao meu pai (*in memoriam*) pelas inúmeras orientações sobre a importância da dedicação aos estudos e a minha mãe pelo incentivo aos estudos e, principalmente, pelo incentivo à leitura, gosto que hoje compartilhamos.

A minha esposa Natalia e ao meu filho Guilherme por estarem sempre ao meu lado e pela compreensão ao cederem parte do tempo que os dedicaria aos meus estudos.

A toda minha família e amigos que de alguma maneira deram sua contribuição para minha formação.

Ao Banco do Brasil empresa ao qual me dedico nos últimos 12 anos e que com a bolsa de estudos me permitiu a realização desse mestrado.

Aos colegas de turma de mestrado pelo companheirismo e por inúmeras vezes que por eles fui ajudado.

A UNITAU, pela disponibilidade desse curso e por manter no seu corpo docente profissionais dedicados e competentes aos quais devo muitos ensinamentos e orientações.

Em especial a minha orientadora Prof.^a Elisa Maria Andrade Brisola pela: dedicação, paciência e carinho.

Todos os dias da minha vida agradeço muito pelo privilégio de estar sempre acompanhado, já passei por bons momentos e por outros não tão bons, mas nunca estive ou me senti sozinho e na caminhada de mais essa vitória, tenho a certeza de que fui muito bem acompanhado por todos.

Por fim, um simples e profundo: Obrigado!

“A vida imita o vídeo
Garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento
Um momento de embriaguez, nós

Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter”

(HUMBERTO GESSINGER, 1988)

RESUMO

A pobreza e a desigualdade social são um dos mais graves problemas contemporâneos e o seu combate deveria ser prioridade para a humanidade. Esse contexto estimulou a esta dissertação a investigar o microcrédito como uma estratégia de enfrentamento da pobreza e do desemprego. A metodologia do microcrédito está presente em várias experiências ao redor do mundo. Nesta pesquisa buscou-se uma experiência nacional consolidada o - Banco do Povo Paulista-(BPP) que é uma das instituições que realiza essa política no estado de São Paulo desde 1998. A pesquisa objetiva conhecer as percepções dos usuários do BPP acerca dos resultados obtidos com os recursos disponibilizados. Adota-se como referencial teórico do estudo o materialismo histórico-dialético a fim de obter uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, dado que as relações sociais no sistema capitalista englobam a totalidade da vida social. Trata-se de pesquisa exploratória, de natureza aplicada, por meio de abordagem qualitativa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica seguida de leitura crítica de obras sobre os temas: desenvolvimento humano, empreendedorismo e microcrédito. O BPP está presente em muitas cidades do Estado de São Paulo, e, nesse estudo, abarcou dois municípios do Vale do Paraíba - São José dos Campos e Taubaté pela importância estratégica e regional deles. Realizou-se entrevistas baseadas em um roteiro com dois usuários do BPP de cada um desses municípios. As entrevistas foram analisadas pela técnica da triangulação que articula as narrativas e o contexto com o diálogo com autores estudiosos das temáticas. Como resultados identificou-se que os usuários não percebem a atuação do BPP como uma política pública e têm uma visão de seus procedimentos como muito próximos aos dos bancos tradicionais, ainda assim, todos apresentaram percepção positiva sobre BPP. Na pesquisa observou-se que a atuação do BPP nos moldes dos bancos tradicionais não permite o enfrentamento da pobreza e do desemprego como sugere a metodologia do microcrédito na medida em que não atende, prioritariamente, a população mais pobre que não apresenta condições de garantias. Assim, ficou evidenciada a necessidade de universalização da política pública de microcrédito do BPP para socialização dos resultados positivos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano, Microcrédito, Banco do Povo Paulista, Política Pública

ABSTRACT

Poverty and social inequality are one of the most serious contemporary problems and combating them must be a priority for humanity. This context encouraged this dissertation to investigate microcredit as a strategy to face poverty and unemployment. The microcredit methodology is present in several experiences around the world. In this research we sought a consolidated national experience of - Banco do Povo Paulista- (BPP) which is one of the institutions that carries out this policy in the state of São Paulo since 1998. The search aims to know the perceptions of BPP users about the requested results with the resources made available. It is adopted as a theoretical reference for the study of historical-dialectical materialism in order to obtain a better understanding of the studied phenomena, given that the social relations in the capitalist system encompass the totality of social life. It is exploratory research, of an applied nature, through a qualitative approach. A bibliographical research was carried out, followed by a critical reading of works on the themes: human development, entrepreneurship and microcredit. BPP is present in many cities in the State of São Paulo, and in this study, it covered two municipalities in the Vale do Paraíba - São José dos Campos and Taubaté due to their strategic and regional importance. It was highlighted in a script with two BPP users from each of the municipalities. The declared ones were analyzed by the triangulation technique that articulates the narratives and the context with the dialogue with authors who study the themes. As a result, it was identified that users do not perceive the performance of BPP as a public policy and have a view of its procedures as very close to traditional banks, yet, all of them have a positive perception of BPP. In the research, it was observed that the performance of BPP along the lines of traditional banks does not allow the confrontation of poverty and the return on the methodology of microcredit as it does not primarily serve a poorer population that does not have the conditions of guarantees. Thus, the need to universalize the public policy of the BPP microcredit became evident in order to socialize the positive results.

KEYWORDS: Human Development, Microcredit, Banco do Povo Paulista, Public Policy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimentos Sustentável

Figura 3 – Motivação dos Empreendedores 2018

Figura 4 – Motivação dos Empreendedores 2019

Figura 5 – Estrutura Operacional do Banco do Povo Paulista

Figura 6 – Linhas de Crédito

Figura 7– Prazos e Tipos de Financiamento

Figura 8 – Condições Diferenciadas Empreenda Rápido

Figura 9 – Etapas do Projeto de Pesquisa

Figura 10– Análise por Triangulação de Métodos

Figura 11 – Mapa Mental 1

Figura 12 – Mapa Mental 2

Figura 13 – Mapa Mental 3

Figura 14 – Mapa Mental 4

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPR – Bônus de Participação nos Resultados

BPP – Banco do Povo Paulista

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCO – Comitê de Crédito Operacional

EPP – Empresa de Pequeno Porte

GB – Grameen Bank

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MEI – Microempreendedor Individual

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PMC - Programa de Microcrédito

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

SCIELO - Scientific Eletronic Library

SELIC- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de artigos científicos publicados entre 2015-2020

Quadro 2 – Perfil do Entrevistados.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	13
1.1	Problema.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Delimitação do Estudo.....	16
1.4	Relevância do Estudo / Justificativa.....	17
1.5	Organização do Trabalho.....	21
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	23
2.1	Desenvolvimento	24
2.2	Empreendedorismo.....	28
2.2.1	Razões para Empreender: Necessidade X Oportunidade.....	31
2.3	Microcrédito.....	33
2.3.1	Metodologia do Microcrédito.....	37
2.4	Banco do Povo Paulista.....	39
2.4.1	Estrutura	40
2.4.2	Agente de Crédito.....	41
2.4.3	Os Financiamentos.....	42
3	METODOLOGIA.....	46
3.1	Delineamento da pesquisa.....	47
3.2	Tipo de Pesquisa.....	48
3.3	População.....	48
3.4	Instrumentos de pesquisa.....	49
3.5	Procedimentos para Coleta de Dados.....	49
3.6	Procedimentos para Análise de Dados.....	50
3.7	Perfil dos Entrevistados.....	51
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
4.1	Trajetória Pessoal e Profissional.....	53
4.2	Experiência com o Banco do Povo Paulista.....	61
4.3	Resultados obtidos com os recursos do Banco do Povo Paulista.....	68
4.4	Avaliação do Banco do Povo Paulista.....	71
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A – Instrumento para levantamento de Informações BPP.....	89
	APÊNDICE B – Perfil dos Entrevistados.....	90
	APÊNDICE C – Roteiro de Entrevistas	91

ANEXO I – Ofício Banco do Povo Paulista Taubaté.....	92
ANEXO II – Termo de autorização da Instituição..... Banco do Povo Paulista Taubaté	93
ANEXO III – Ofício Banco do Povo Paulista São José dos Campos	94
ANEXO IV – Termo de autorização da Instituição..... Banco do Povo Paulista São José dos Campos	95
ANEXO V – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	96
ANEXO VI – Parecer Consubstanciado do CEP.....	99

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos buscamos um tema de pesquisa que pudesse ao mesmo tempo ser relevante do ponto de vista da contribuição acadêmica e científica e ainda contribuísse para o desenvolvimento da sociedade, ainda que de forma modesta. Além desses aspectos, a pesquisa deveria ser “instigante” para nos estimular como pesquisador.

Diante dessa questão, avaliamos algumas ideias que pudessem combinar esses fatores e ainda tivessem alguma relação com a nossa atuação profissional como bancário há mais de 10 anos em um grande banco nacional.

Nessa direção, consideramos que os bancos com seus prédios imponentes e com suas belas fachadas de granito são pouco atrativos para a população mais pobre que se sente “inibida” em adentrar a esses ambientes, além de outros impeditivos ao acesso. Esse distanciamento entre as instituições bancárias e os mais pobres se constitui, entre outros aspectos, em mais um fator de perpetuação de desigualdades sociais.

Entretanto, muito se avançou no Brasil no que se refere à questão da inclusão bancária nos últimos anos, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido que passa pela ampla inclusão dos setores mais pobres da população, bem como por um processo educacional de “alfabetização financeira”. Por outro lado, entendemos que à medida em que a desigualdade social persiste, a condição de vida das classes populares não será alterada em sua essência visto que há questões estruturais da sociedade brasileira que necessitam ser transformadas.

O acesso das classes populares ao crédito constitui-se um dos aspectos que ainda necessita de grandes avanços. Embora nos últimos tenha havido forte expansão dessa modalidade às pessoas físicas e jurídicas, esta ainda não contemplou, de maneira consistente, as classes populares apesar da implementação de iniciativas para transpor esse “abismo” entre a população mais pobre e o acesso ao financiamento bancário. Algumas alternativas vêm se destacando nesse cenário como a economia solidária ou os bancos comunitários e o “microcrédito”.

O conceito de microcrédito foi formulado por *Muhammad Yunus*, que trocou a atuação como professor de economia e chefe de departamento de uma universidade de Bangladesh para fundar o banco *Grameen* o qual foi desenvolvido em razão da experiência do Prof. *Yunus* em uma aldeia próxima a universidade. A proposta surgiu por conta da situação de uma moradora

local que ganhava a vida confeccionando “tamboretas” de bambu e, para isso, necessitava comprar a matéria prima. Como não dispunha tanto de recursos financeiros nem acesso a financiamentos “oficiais”, esta recorria a agiotas que cobravam juros exorbitantes, retirando dela, não somente o lucro, como a condição mínima de sobreviver com seu trabalho. O professor ao perceber que o valor que a mulher necessitava era muito pequeno (o equivalente a 22 centavos de dólar) e que aquele problema era compartilhado por vários moradores daquela comunidade e de outras aldeias próximas, compreendeu que a situação poderia ser resolvida por pequenos financiamentos a juros justos e que isso poderia proporcionar condições de vida digna para aquela população (YUNUS, 2006).

Nesse contexto, foi fundado o Banco *Grameen* e desenvolvido o conceito de microcrédito que serviu de modelo para o desenvolvimento de várias iniciativas em diversos lugares do mundo.

O presente estudo tem o objetivo de investigar uma das iniciativas brasileiras que foram inspiradas pela iniciativa do Prof. *Yunus*, que ganhou o nome de “Banco do Povo Paulista” - uma instituição que visa fornecer microcrédito para pessoa física e jurídica do Estado de São Paulo.

O “Banco do Povo Paulista” foi fundado em 1998 e vem atuando desde então com microcrédito. Atualmente o banco está presente em várias cidades do estado de São Paulo e já registrou 448.800 operações, totalizando R\$ 1,95 bilhão de empréstimos (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

No caso do Banco *Grameen*, segundo o Prof. *Yunus* (2006), a iniciativa trouxe grande evolução nos níveis de qualidade de vida da população de Bangladesh. Dentro dessa ótica, o presente trabalho objetiva investigar a atuação do “Banco do Povo Paulista” sob a visão de política pública direcionada ao enfrentamento da pobreza e do desemprego, ou seja, compreender o que esse banco proporciona para a população atendida e se sua atuação é capaz de contribuir na promoção da inclusão social e no desenvolvimento humano.

1.1 Problema

Considera-se que o desenvolvimento humano se dá pela conquista de diferentes patamares de inserção na sociedade, seja por meio da educação ou do trabalho, dentre outros.

No Brasil, a questão da desigualdade nem sempre implica na efetivação de mecanismos que favoreçam tal inserção e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos indivíduos.

A estratégia do microcrédito surge nesse contexto como mais uma opção de política pública de enfrentamento do desemprego e da pobreza. Assim, os programas de microcrédito estão associados às políticas públicas pois seu objetivo é a solução de três problemas públicos que são: redução da pobreza, aumento de renda e geração de emprego (MANIGLIA, 2019)

Nesse sentido, foi criado em 1998, o Banco do Povo Paulista, que, por meio de uma parceria entre o Estado de São Paulo e os municípios mantém atualmente 543 unidades e, desde a sua fundação, já emprestou quase 2 bilhões de reais aos usuários do programa (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Mesmo fundado há mais de 20 anos ainda encontramos pouca literatura sobre os impactos dos financiamentos concedidos para o desenvolvimento humano dos usuários, conforme demonstrado no início do capítulo Revisão de Literatura, na medida em que a própria configuração do modelo de administração independente de cada unidade traz uma dificuldade e ausência de dados para elucidar os resultados gerais de atuação do programa, razão pela qual optamos por realizar a presente pesquisa.

Dessa maneira pergunta-se, portanto: se o Banco do Povo Paulista de Taubaté e São José dos Campos contribuiu para o desenvolvimento de indivíduos que já tiveram os recursos disponibilizados e que percepção os indivíduos têm desse processo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista acerca dos resultados obtidos nas microempresas com os recursos disponibilizados, tanto no que se refere a aplicação direta do recurso com vias ao incremento no negócio, quanto ao desenvolvimento pessoal.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar as estruturas e a dinâmica do Banco do Povo Paulista, como isso entender o seu funcionamento e o papel de cada ator na estrutura organizacional das unidades pesquisadas;
Levantar os resultados obtidos pelos participantes da pesquisa no Banco do Povo Paulista nos municípios de São José dos Campos e Taubaté;

Identificar as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista sobre a contribuição para o seu desenvolvimento.

1.3 Delimitação do Estudo

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada em 2012 e é integrada por 39 municípios, divididos em cinco sub-regiões (Figura 01), compõe a Sub-Região 1, os municípios de: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos; a Sub-Região 2 é composta pelo municípios de: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé; • Sub-Região 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira; • Sub-Região 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras e Sub-Região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

O presente trabalho investigou a atuação do Banco do Povo paulista sobre a perspectiva do desenvolvimento humano em duas cidades: São José dos Campos e Taubaté. A escolha dessas cidades se deu devido a serem as duas maiores cidades do Vale do Paraíba Paulista e com atividades econômicas intensas e com maior densidade populacional da região.

A cidade de São José dos Campos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), tem uma população de 713.543 habitantes; renda média é de 3,7 salários-mínimos; índice de escolaridade é de 97,4% para população de faixa etária entre 6 e 14 anos. Quanto aos índices de saúde a taxa de mortalidade infantil é de 12,80 por mil nascidos e o saneamento básico chega para 94,3% da população.

Taubaté por sua vez, segundo dados do IBGE (2018), tem uma população de 311.854 habitantes; renda média de 3,4 salários-mínimos; índice de escolaridade é de 98,1% para população de faixa etária entre 6 e 14 anos. Quanto aos índices de saúde, a taxa de mortalidade infantil é de 11,93 por mil nascidos e o saneamento básico chega para 96,3% da população.

No ano de 2018 o Banco do Povo Paulista da cidade de Taubaté fez 146 novos contratos liberando R\$1.032.494,80. Em 2019 a unidade firmou 53 novos contratos totalizando um montante de R\$337.125,96 (dados parciais até junho/2019). Já a unidade de São José dos Campos fez 47 contratos em 2018, liberando um total de R\$356.340,00. Em 2019 foram firmados 90 novos contratos totalizando R\$998.498,00. Os dados aqui citados foram obtidos de relatórios internos de cada unidade, não existem dados oficiais em nenhuma fonte pública.

A ausência de um banco de dados que centralize os números de cada unidade de maneira a permitir uma comparação dos indicadores dificulta a pesquisa sobre o BPP, ficando assim dependente de informações não padronizadas de cada unidade. Tal problema já foi identificado em outra pesquisa realizada por Maniglia (2019) com o BPP de Franca na qual a autora também não identificou mecanismos de medição de indicadores do programa. Para a mesma autora “não foi possível registrar mecanismos internos de acompanhamento, nem tão pouco estudos científicos que pudessem contribuir na avaliação direta destes indicadores (MANIGLIA, 2019, p. 34).

Figura 1 – Mapa Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: EMPLASA 2019

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

O conceito de desenvolvimento vai muito além da definição da palavra: ação ou efeito de desenvolver(-se). O conceito é interdisciplinar e vem sendo usado muitas vezes de maneira equivocada ou incompleta.

Para Santos et.al. (2012, p.45), “o conceito vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como

satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental”.

Segundo Furtado (2003) para Marx, o desenvolvimento como crescimento econômico é um importante fenômeno para consolidação do sistema capitalista e a economia moderna foi precedida de um período conhecido como “acumulação primitiva de capital” que permitiu que algumas nações tivessem recursos para o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico gerou distorções e desigualdades uma vez que nem todas as nações, sobretudo as exploradas no processo colonial, tiveram a mesma possibilidade de desenvolvimento econômico. Dentro desse contexto, o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma etapa do processo de desenvolvimento (FURTADO, 2003).

Quando se observa a atuação tradicional dos bancos comerciais em vários locais do mundo pode-se fazer uma analogia ao processo de “acumulação primitiva de capital”, os bancos em sua atuação de crédito só emprestam para pessoas e empresas que apresentam as condições exigidas, sobretudo no que se refere ao oferecimento de garantias. Dessa maneira, se torna muito difícil o acesso do crédito pelas camadas menos favorecidas da população. Nesse sentido, a atuação dos bancos ao invés de contribuir para vencer as desigualdades vem em sentido contrário, ampliando e reforçando as desigualdades existentes.

No que se refere ao processo de “acumulação de capital”, conforme explica-nos Germer (2010, p. 130)

Na teoria de Marx, o crédito comercial – isto é, a venda com diferimento de pagamento – origina-se na circulação simples, constituindo a base do surgimento da função de meio de pagamento do dinheiro. O crédito comercial precede o surgimento do sistema bancário na sua forma capitalista e não tem, na sua origem, qualquer vínculo com o crédito monetário, que nesta fase ainda não existe. Com o desenvolvimento do capitalismo, o crédito comercial e a função de meio de pagamento difundem-se amplamente, constituindo a base material de todo o sistema bancário e de crédito.

Conforme o autor supracitado, baseado na análise marxiana, o crédito comercial “expressa a relação econômica credor-devedor que se desenvolve entre produtores privados de mercadorias já na circulação simples”. Nesse sentido, a base material do crédito comercial está exatamente na “incoincidência dos ciclos produtivos individuais, resultante da diversidade das características técnicas dos diferentes processos de produção”. (GERDER, 2010, p. 130).

O crédito comercial, portanto, transforma-se no “mecanismo de ajuste da economia mercantil” na medida em que “permite interligar os diversos processos particulares de produção numa estrutura global de divisão social do trabalho.” (GERDER, 2010, p. 131). Sem o crédito comercial, muitos produtores não poderiam vender suas mercadorias, nem os compradores as

poderiam comprar por “não terem ainda concluído seus próprios ciclos produtivos, não teriam vendido mercadorias e, portanto, não dispunham de dinheiro para comprar” (IDEM, p. 131)

Com a expansão capitalista o crédito comercial também se expande, ocupando todos os espaços da economia capitalista, resultando desse processo, a progressiva generalização do crédito em substituição ao dinheiro em circulação e, é nesse processo, que se robustece o sistema bancário.

No escopo do desenvolvimento capitalista e a crescente circulação de mercadorias e capital

[..] a emergência do capital comercial expressa o surgimento de novos agentes econômicos – os comerciantes e os banqueiros – e de novas relações econômicas, as relações recíprocas e cruzadas entre o capitalista industrial, o comerciante de mercadorias e o banqueiro como comerciante de dinheiro. [..] (GERDER, 2010, p.134).

A partir do desenvolvimento do sistema bancário e a crescente concentração do capital monetário o sistema bancário busca “compatibilizar a manutenção de reservas monetárias inativas pelos capitalistas individuais com a sua dispensa quase completa para o conjunto dos capitalistas”, de outro lado, deve-se atentar ao fato de que o “sistema bancário não cria dinheiro nem capital de empréstimo, pois estes resultam do movimento e das características próprias do processo de reprodução do capital”. (IDEM, p. 141)

Logo,

A constituição do sistema bancário [..] permite, por um lado, concentrar em grandes blocos as reservas dispersas dos capitalistas individuais e, por outro lado, convertê-las em sua quase totalidade em um fluxo permanente de capital de empréstimo e, por intermédio disto, elevam a um nível superior o potencial de acumulação do capital disponível em cada momento. (GERDER, 2010, p. 141)

A partir do exposto podemos afirmar que o sistema bancário de crédito contribuiu desde os primórdios do modo de produção capitalista e ainda contribui significativamente para a acumulação capitalista, sobretudo atualmente com o processo de financeirização da economia, na forma fetichizada do capital que rende juros.

A estruturação da economia mundial sofreu profundas mudanças no período que se segue ao fim da Guerra Fria (anos 90) sob a hegemonia estadunidense.

Tem-se, a partir de então, a efetiva mundialização com a chamada “globalização da economia”, à qual é impulsionada por grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Esse processo tem suporte das instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos

mútuos e sociedades financeiras de investimento) e “impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países”. (IAMAMOTO, 2007, p. 107). Nesse contexto, o capital financeiro passa a comandar o processo de acumulação, afetando a economia e a sociedade.

A financeirização da economia, portanto, é um processo que indica, conforme Husson (1999, p. 99) “um modo de estruturação da economia mundial”.

Conforme explica-nos Iamamoto (2009, p. 28), a financeirização não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento do processo produtivo, mas “apresenta as finanças como potências autônomas ante as sociedades nacionais”, entretanto, oculta o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e pelos investidores financeiros, e contam com o auxílio dos Estados nacionais e potências internacionais.

A esfera das finanças, conforme a autora (p. 29), “nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização de trabalho em seu âmbito”. Nessa perspectiva, o capital-dinheiro aparece como “ovos de ouro”, capaz de gerar dinheiro no circuito das finanças.

Nesse processo, insiste Iamamoto (2009, p. 29), “o capital-dinheiro aparece como coisa auto-criadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D-D’), obscurecendo as raízes de sua origem”. E é essa forma coisificada do capital que Marx (1985, p. 285, t. III) denomina de *capital fetiche*, quer dizer, “o juro aparece como se brotasse da mera propriedade do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago. A forma de empréstimo é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro” (IAMAMOTO, p. 29).

O processo de financeirização da economia em escala global, associado às tradicionais formas de acumulação do capital e as mudanças operadas no mundo do trabalho são realizados em nome da retomada da acumulação capitalista gerando desemprego estrutural e aumento da pobreza em diferentes partes do mundo. No caso brasileiro esses processos ganham dimensões ainda mais perversas na medida em que aqui a desigualdade social é histórica e profunda.

Nesse sentido, na apropriação financeira do capital-dinheiro, o quadro de “falta de crédito” para os mais pobres, estimulou o Prof. *Muhammed Yunus* a pensar em uma alternativa que foi criada e desenvolvida na prática. O sucesso do seu conceito de microcrédito e de usá-lo

como uma das ferramentas para vencer a pobreza crônica, deram a ele reconhecimento mundial e, inclusive, o prêmio Nobel da Paz de 2006.

O microcrédito parte da premissa contrária aos bancos tradicionais, ao invés de emprestar grandes somas em poucos contratos, o conceito do microcrédito na atuação do Banco *Grameen* é emprestar pouco ao maior número de pessoas necessitadas possível, além disso procura-se manter uma taxa de juros baixa e justa (YUNUS, 2006).

Para Yunus (2006, p. 327) a função do microcrédito “é ajudar cada pessoa a atingir seu pleno potencial. Ele não trata de capital monetário e sim, de capital humano. O microcrédito é uma simples ferramenta que libera os sonhos dos homens e ajuda até mesmo o mais pobre entre os pobres a atingir a dignidade, o respeito e um sentido para sua vida”.

Tendo como exemplo a experiência de sucesso do Banco *Grameen* na perspectiva do enfrentamento da pobreza que vai além da esfera econômica para atingir outras esferas como a satisfação das necessidades básicas e sustentabilidade socioambiental.

Além disso o estudo do microcrédito, no caso do Brasil, ultrapassa o aspecto teórico e vai para a prática, na qual pode ter utilidade no desenvolvimento de estratégias para a melhoria da vida da população.

O Banco do Povo Paulista é uma iniciativa de microcrédito com mais de 20 anos, inclusive na comemoração de 10 anos de sua criação aconteceu uma palestra com o Prof. *Yunus*. Tratando-se, então, de uma iniciativa já consolidada o Banco do Povo será importante objeto de estudo.

1.5 Organização da Dissertação

Este trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados Parciais, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução subdivide-se em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivos Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura apresenta um panorama das pesquisas recentes sobre os conceitos de: desenvolvimento humano e empreendedorismo sobre uma perspectiva crítica e histórica, microcrédito e bancos populares. Aborda também pontos relevantes referentes aos temas de pesquisa.

A metodologia subdivide-se em quatro subseções: População e amostra, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados, Procedimentos para Análise dos Dados e Perfil dos Entrevistados.

Em seguida, apresentam-se os Resultados e em seguida as Referências utilizadas. Nos Apêndices constam os instrumentos elaborados pelo pesquisador e nos Anexos outros documentos que não foram elaborados pelo pesquisador.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção buscamos aprofundar as categorias centrais do presente estudo, quais sejam: desenvolvimento, microcrédito e empreendedorismo, como também compreender a dinâmica e funcionamento do BPP.

Antes mesmo de darmos início a tal aprofundamento, apresentamos um levantamento sobre as palavras-chave: Microcrédito e Banco do Povo Paulista, disponibilizados nas plataformas *Scientific Electronic Library* (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Google Acadêmico* a fim de compreender o que se tem produzido acerca deles.

A proposta da pesquisa foi buscar trabalhos acadêmicos nas referidas bases de dados que foram produzidos no Brasil em língua portuguesa nos últimos 5 anos, nessa direção o Quadro 1 traz os resultados numéricos dessa pesquisa. Com o objetivo de manter a pesquisa atualizada limitamos o período de busca entre 2015-2020.

O Quadro 1 demonstra que o tema “Microcrédito” é bastante debatido em trabalhos acadêmicos com números bastante relevantes, talvez por se tratar de um tema caro à área das ciências econômicas. Quanto ao tema “Banco do Povo Paulista”, colocado entre aspas pois existem outras iniciativas de microcrédito com o mesmo nome, não foram encontrados muitos trabalhos, na Scielo e na Capes a busca não obteve resultados e no Google Acadêmico foram encontrados apenas 57 publicações para o período. Alguns dos trabalhos encontrados apenas citava o BPP como uma iniciativa nacional de microcrédito e não o tinha especificamente como objeto de estudo.

QUADRO 1: Total de artigos científicos publicados entre 2015-2020.

Total de artigos científicos para o descrito "Microcrédito" entre 2015-2020								
BASE DE DADOS	DESCRITOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
SCIELO	Microcrédito	6	8	6	3	7	0	30
CAPES	Microcrédito	23	22	17	20	13	6	101
GOOGLE ACADÊMICO	Microcrédito	928	842	840	921	846	577	4954
SOMA BUSCADORES	Microcrédito	957	872	863	944	866	583	5085
Total de artigos científicos para o descrito "Banco do Povo Paulista" entre 2015-2020								
BASE DE DADOS	DESCRITOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
SCIELO	Banco do Povo Paulista	0	0	0	0	0	0	0
CAPES	Banco do Povo Paulista	0	0	0	0	0	0	0
GOOGLE ACADÊMICO	Banco do Povo Paulista	16	8	7	8	10	8	57
SOMA BUSCADORES	Banco do Povo Paulista	16	8	7	8	10	8	57

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

2.1. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento está associado à reprodução do capital e se constitui em um debate relativamente recente, pois há pelo menos cinquenta anos essa questão vem sendo discutida, e, conforme explica Gomés (2021), não se trata de uma categoria de conteúdo histórico ou ontológico.

A discussão sobre desenvolvimento tornou-se preocupação dos economistas no início do século XX, mas a questão do crescimento ganhou forma e passou a ser considerado como inerente ao capitalismo. (GOMÉS, 2021, p. 2). Somente após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de pobreza, que o debate do desenvolvimento é impulsionado, trazendo à luz a discussão sobre países desenvolvidos e subdesenvolvidos¹. A partir de então, o debate foi se aperfeiçoando, tendo à frente desse processo, os Estados Unidos da América (EUA) com clara intenção imperialista, em razão da disputa política pela hegemonia no mundo no contexto da Guerra Fria. Segundo aponta-nos Gomés (2021), autores como Illich (2000) e Escobar (2000) indicam que o debate acerca do desenvolvimento/crescimento pode ser explicado por três fases às quais se confundem sem apresentar limites claros entre elas: a primeira iniciada nos anos 50, quando se tem ênfase no crescimento. Essa fase tem seu ápice em 1962 com a “operacionalização da pobreza” por parte das Nações Unidas que elegem o Produto Nacional Bruto (PNB) como o indicador para classificação dos países entre ricos e pobres.

A segunda etapa, nos anos 1960 a 1970 constata-se o fracasso em medir o desenvolvimento pelo Produto Nacional Bruto (PNB) visto que tal medida exacerba as desigualdades entre os países, além de se constatar que mesmo havendo crescimento não significa desenvolvimento. (GOMÉS, 2021)

O autor supracitado aponta que nos anos de 1980, o econômico será associado ao desenvolvimento social, ou seja, reconhece-se a importância do aumento nos níveis de saúde e de educação/formação para que o desenvolvimento se efetive, além de priorizar a perspectiva local, já que as escalas nacional e regional não lograram êxito. Também nesse período inaugura-se o debate em relação ao desenvolvimento ambiental visando o desenvolvimento sustentável.

O social e o econômico se imbricam nesta nova acepção do termo desenvolvimento, desatando-se a corrida pelo planejamento do potencial

¹ “Em 1949, no seu discurso inaugural como Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman utiliza, pela primeira vez, o termo “áreas subdesenvolvidas”. Este fato pode se considerar como alargada da corrida desenvolvimentista” (GOMÉS, 2021, p. 2)

humano como caminho para desencadear o desenvolvimento. Estamos diante da estratégia das Necessidades Humanas Básicas como saída para os impasses com que o desenvolvimento estava se defrontando. (GOMÉS, 2021, p. 3)

Nos anos 90, diante dos fracassos acumulados no que tange aos índices de desenvolvimento, são incorporados novos elementos tais como: território, emprego, cultura, tradições, entre outros. Contudo, apesar de os avanços nas formas de pensar e avaliar o desenvolvimento, as contradições próprias da dinâmica capitalista permanecem, sobretudo àquelas relativas à contradição capital-trabalho. Como vimos acima, a preocupação com o desenvolvimento se deu partir da segunda Grande Guerra e, nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a chamada de “Carta das Nações” (1945) a qual traz em seu texto os valores da organização, que são: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade compartilhada.

Esses valores presentes na “Carta das Nações” são princípios norteadores dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Figura 2), formulados após a Assembleia do Milênio que aconteceu na sede da ONU em Nova Iorque no ano de 2000. Em 2015, os países participantes da Cúpula de Desenvolvimento definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável (ONU, 2019)

Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2019.

Os dezessete objetivos trazidos na Figura 2 contemplam várias dimensões de desenvolvimento e parecem estar na direção da solução dos principais problemas da humanidade, mas, o que se vê além dessa ainda “utopia” é uma visão de desenvolvimento que veem se moldando ao longo da história.

Pelas discussões acima empreendidas, corroboramos com Pimenta (2014, p. 46) para quem o conceito de desenvolvimento deve ser usado no plural, ou seja, “desenvolvimentos” para assim simbolicamente demonstrar sua amplitude, a qual hoje vai para além da visão

econômica para abranger “tendência e práticas, para se pensar os rumos da ordem social, da ciência, da sociedade, do meio ambiente, da economia, da condição humana e planetária”. Assim, o autor conclui que o conceito é “multidisciplinar”.

A construção social que denominamos de desenvolvimento se limitou, pelos seus próprios contornos e referências, ao confinamento da lógica do “progresso”, da “evolução”, dos modelos econômicos competitivos e do mundo industrial e urbano. Tal fato não seria problema, todavia, se a consequência direta do desenvolvimento, focalizado no econômico e centralizado na equação capital versus trabalho não resultasse em desigualdades, em exclusão e, se somado à tecnologia informacional, em desemprego. (PIMENTA et. al. 2014, p.51)

Dentro dessa visão, o desenvolvimento não resolve as questões de exclusão social, pois em certa medida evidencia as fissuras das relações de classe visto que seus benefícios não chegam a todos da mesma maneira, assim como em outras esferas sob a égide liberal os benefícios do desenvolvimento atingem os vários países reproduzindo a lógica de periferia e centro do capitalismo moderno.

A mensuração do desenvolvimento, principalmente a mensuração proposta pela ONU passa a ser uma média além do Produto Interno Bruto (PIB) que considera somente a dimensão econômica e passa a utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual é igualmente “numérico, frio e assustador” conforme aponta Pimenta (2014, p. 52).

O uso de indicadores é bastante útil para o entendimento de situações pontuais, mas, no comparativo com a realidade faz dos indicadores incapazes de explicar o contexto histórico bem como a causa e o efeito dos fenômenos.

Por esse motivo, o presente estudo adota como referencial teórico o materialismo histórico-dialético por permitir compreender o desenvolvimento em uma visão de totalidade²

A questão da desigualdade é também evidenciada com o uso do indicador de IDH na medida em que não existe uma relação direta entre um alto IDH e condições de vida da

² “Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 2001, p.77). Nesse sentido, “o princípio da totalidade (que não significa tudo, mas o conjunto de relações que desencadeia e tenciona a essência do fenômeno) redimensiona as relações entre todo e partes ao destacar que as unidades não preexistem ao todo e que este não deve ser interpretado como resultado de relações supostamente já existentes de forma autônoma e independente; com isso, demarca uma contestação frontal às concepções anistóricas de sociedade e indivíduo e ao conhecimento entronizado como natural, fragmentado e de rápida absorção cognitiva, em cujas imagens e semelhanças se espelham os ditos e ritos contemporâneos, contrariando organicamente a complexidade que envolve sua arquitetura e o processo de apropriação do mesmo”(PICCOLO; MENDES, 2012, p. 74).

população visto que o processo de acumulação capitalista concentra cada vez mais a renda e os benefícios medidos pelo índice não chegam à totalidade das pessoas.

Retomando a ideia de Pimenta (2014) o conceito de “desenvolvimentos” é “multidisciplinar” visto que existem diferentes visões e direções sobre o conceito.

Uma das correntes existentes surge após a RIO-92, em um processo que muito deve à sua preparação e realização, onde reconheceu-se o problema da degradação ambiental e a partir de então o “discurso social tende a aceitar a sugestão do desenvolvimento sustentável” (CAVALCANTI, 2004, p. 150).

A inserção no conceito da “sustentabilidade” ambiental no conceito de desenvolvimento vem ocupar uma lacuna até então negligenciada pelas teorias econômicas. Assim para Renzi, Henz e Rippele (2019):

As teorias econômicas, historicamente, não inserem como objetivo central a relação do homem com o uso dos recursos naturais não renováveis. O ambiente econômico, nesses casos, não se aproxima do ambiente natural. As escolas de pensamento econômico tradicionais apresentam uma visão mecanicista do sistema econômico, isolado do meio ambiente, contudo, com a inserção de um novo paradigma social, a sustentabilidade, surgem novas alternativas que propõem ganhos econômicos com mínimos impactos ambientais, o que remete a um novo modelo de desenvolvimento para as nações (RENZI; HENZ; RIPPELE, 2019, p. 66).

Entretanto, o conceito de “desenvolvimento sustentável” também não é uma unanimidade e encontra diversas críticas.

Daly (2004) em seu artigo “*Sustainable growth? No thank you*” (Crescimento Sustentável? Não, obrigado. livre tradução), classifica o crescimento sustentável como “impossível” ou ainda para o autor o “termo crescimento sustentável quando aplicado à economia é um mau oxímoro – contraditório como prosa e não evocativo como poesia” (DALY, 2004, p.197).

Existe uma diferenciação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, onde o primeiro se refere a “aumentar” no sentido de uma adição material, ou seja, ficar maior e o segundo se refere a “expandir ou realizar” potenciais, ou seja, tornar-se diferente (DALY, 2004).

Segundo a teoria de Daly (2014) a economia deve parar de crescer, mas, pode continuar a se desenvolver, assim:

O termo **desenvolvimento sustentável**, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como **desenvolvimento sem crescimento** – a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente, o termo

desenvolvimento sustentável é usado como um sinônimo para o oxímoro **crescimento sustentável**. Ele precisa ser salvo dessa perdição (DALY, 2004, p.198, grifos do autor).

Assim, seja pela perspectiva de um desenvolvimento por meio do “crescimento econômico”, do “crescimento sustentável” e ainda pelo “desenvolvimento sem crescimento” de Daily, reforça-se que o conceito de desenvolvimento pode ser visto por essas e por outras perspectivas, além de comportar como vimos inúmeras contradições.

2.2 Empreendedorismo

Segundo Costa e Saraiva (2014) o tema do empreendedorismo é cada vez mais valorizado como base do crescimento econômico e da geração de emprego e renda, havendo estudos que sugerem estarmos na era do empreendedorismo.

No Brasil, a partir dos anos de 1990, segundo Mota (2019, p. 9) inicia-se a construção de uma nova institucionalidade com vistas à implementação de políticas de emprego voltadas ao autoemprego. Tal prática se dá por meio do “incentivo à formação dos pequenos negócios, mediante a oferta de treinamento gerencial”, com vistas a despertar e aprimorar a capacidade empreendedora do indivíduo a fim de que o “empreendedor” atue no mercado de trabalho com concessão de crédito e financiamento.

O autoemprego parece se constituir, conforme explica Barbosa (2007), na única alternativa social em contraposição ao escasso trabalho regulamentado. A autora se refere a “cultura do autoemprego” baseada nas “virtudes empreendedoras” com vistas ao “empresariamento popular de pequeno porte” para o qual o trabalhador se encontra em desvantagens porque desprovido de “bens materiais e simbólicos” para concorrer no mercado.

Não por acaso, explica Tavares (2018, p. 109), o empreendedorismo se tornou “modalidade de trabalho informal que, sob o manto da autonomia, faz o sujeito empreendedor imaginar que basta ser patrão – às vezes de si mesmo – para ter a chance de mudar de classe social”. Entretanto, argumenta a autora, da mesma maneira que o trabalhador informal, com raríssimas exceções, “a atividade do empreendedor é regida pela lei do valor³, como de resto quase todas as relações na sociedade capitalista”. Nessa direção, o que parece ser autonomia,

³Conforme explica Paul Sweezy (1967, p. 81) “a lei por Marx chamada lei do valor resume as forças que atuam numa sociedade produtora de mercadorias e que regulam: a) as razões de troca entre as mercadorias, b) a quantidade de cada mercadoria produzida, c) a distribuição da força de trabalho aos vários ramos da produção [...] Usando uma expressão moderna, a lei do valor é essencialmente uma teoria do equilíbrio geral desenvolvida em primeiro lugar com referência à produção de mercadorias simples e mais tarde adaptada do capitalismo”

expressa novo tipo de sujeição, ainda que não exista a figura direta do empregador, porém, este está “submetido ao mercado, cujas regras são inflexíveis” e “o sujeito empreendedor tem o pior dos padrões”.

Ainda segundo a autora

O empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um artilheiro engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados. (TAVARES, 2018, p. 110).

Na análise da autora, o empreendedorismo não responde às necessidades dos trabalhadores na medida em que, por mais que o capital tenha promovido mudanças nos seus modos de produzir, o trabalho ainda é central para a produção de riqueza e sobrevivência humana.

A ideia de empreendedorismo ocupou lugar em diferentes momentos da história (CANTILLO, 2002; SAY, 1983), mas foi no início do século XX que o tema ganhou centralidade depois que o economista Joseph Schumpeter⁴ (1982) definiu o empresário empreendedor como agente central no processo de mudanças socioeconômicas, ou seja, como “o personagem que toma a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia para um ciclo efetivo de desenvolvimento” (SANTIAGO, 2009, p. 88), com a função de inovação, “entendida como o ingresso no mercado, de novos produtos que alteram o comportamento das empresas e dos consumidores, cujo resultado é o aumento da produtividade e do bem-estar social” (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 104) .

Santiago (2019, p. 88) explica que para Schumpeter o empreendedor é “aquele que combina capital e trabalho como fatores de produção articulados; prevê a permanente criação

⁴ "Joseph Schumpeter (1882-1950), um economista austríaco entusiasta do modo de produção capitalista, tido como um dos principais expoentes da escola neoclássica de economia. Sua principal obra, Teoria do Desenvolvimento econômico, de 1911, afastou-se da tradição dessa escola de considerar o crescimento como dado, prisioneiro de um quadro estacionário, e colocou a economia em movimento, rompendo suas barreiras para a expansão da riqueza, por meio de um processo de “destruição criativa”, comandado por um empresário inovador. Para ele, o sistema de economia de mercado possuía uma capacidade extraordinária de revolucionar os meios de produção, e, por meio do investimento, garantir um crescimento contínuo no tempo, embora sujeito aos ciclos de prosperidade e recessão/depressão, dispondo, como nenhum outro, de todas as condições para eliminar a pobreza social” (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

de produtos e serviços; descobre fontes de matérias-primas e estabelece formas de organização”, razão pela qual a palavra inovação ganha destaque na teoria schumpeteriana.

Para Schumpeter (1982) o crescimento seria apenas um fluxo circular, já o desenvolvimento seriam as novas combinações oriundas das inovações e do papel do empresário capitalista que usa crédito para isso. Para o autor a inovação gera desequilíbrio, mas também, desenvolvimento, razão pela qual valoriza como fundamental a atuação do empreendedor, principalmente pelo fato de ser o agente da inovação, pode criar produtos, o que, por sua vez, poderá gerar novos investimentos, por conseguinte, desenvolvimento e aumento no nível de empregos.

O empreendedor, portanto, conforme explica Coan (2011, p.86) “rompe o equilíbrio das sociedades de fluxo circular ao utilizar os recursos existentes e que não estão no processo produtivo de forma inovadora, sabendo combinar a força de trabalho com os materiais disponíveis para produzir coisas novas”, cabendo ao capitalista, que empresta o dinheiro, correr os riscos pela inovação.

Nesse sentido, para Schumpeter, empreendedor significa combinar força de trabalho desempregada com os recursos existentes para produzir algo novo, uma vez que “há sempre trabalhadores desempregados, matérias-primas não vendidas, capacidade produtiva não realizada, e assim por diante.” (SCHUMPETER, 1982, p. 49 *apud* COAN, 2011, p. 90).

Por conseguinte, depreende-se que Schumpeter não se preocupa com os trabalhadores desempregados, mas, volta-se ao lucro que é conquistado pela conjugação do financiamento dos capitalistas e novas combinações as quais irão gerar novos empreendimentos. Nessa direção, Coan (2011, p. 82) afirma que a concepção do autor “é a de que a função de empreendedor por determinado tempo, não é condição duradoura, nem tampouco, uma profissão, por isso não forma classe social”.

Coan (2011, p.86) ainda aponta que para Schumpeter (1982), empreender articula-se claramente à inovação do processo produtivo. Dessa maneira, “empreender tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos, que consiste no deslocamento de seu emprego tradicional e sujeitos às novas combinações”.

A concepção schumpeteriana de empreendedorismo reforça os méritos individuais do empreendedor, privilégio de poucos, qualidades e funções especiais desse na implementação de novas combinações.

Essa talvez seja uma das mais contundentes críticas à Schumpeter (1982), visto que o autor tem enfoque no indivíduo, o que pode se constituir em importante desoneração do capital.

Por outro lado, reforça a ideia do fim do trabalho assalariado, gerando um exército de trabalhadores sem proteção trabalhista (Coan, 2011).

Conforme Peruzzo (2017, p. 110) o empreendedorismo

Enquanto ideologia do capital, cujo sentido é dissolver a questão de classes, torná-la irrelevante para explicar o processo de desenvolvimento econômico no capitalismo, já que as desigualdades de classes, a riqueza e a pobreza, se configuram enquanto resultantes das ações individuais, das “aptidões” que, segundo Schumpeter, são desigualmente distribuídas, independentes da questão de classe.

Como se pode observar o tema do empreendedorismo pode ser analisado tanto do ponto de vista liberal ou do mercado, e, no âmbito da economia crítica que o entende como estratégia de desoneração do capital no contexto contemporâneo, razão pela qual é fundamental compreender as percepções de usuários do BPP sobre tal questão.

A seguir passamos a refletir sobre o conceito de microcrédito, visando ampliar a visão acerca dele, visto que guarda relação com o empreendedorismo e o Banco do Povo.

2.2.1 Razões para Empreender: Necessidade X Oportunidade

O tema do empreendedorismo pode ser discutido por vários aspectos e por diversos tipos de abordagens. Uma questão inseparável do debate sobre o tema é a razão pela qual os trabalhadores são levados a empreender.

Essa questão vem sendo debatida em âmbito nacional e internacional e, dentre outros fatores, dois aparecem como centrais para iniciação da prática empreendedora que são “necessidade” e “oportunidade” (ASSUNÇÃO; QUEIROZ; COSTA, 2017).

Essa e outras questões vem sendo estudadas pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM). O GEM é “um consórcio de várias equipes nacionais, associadas a renomadas instituições acadêmicas que desenvolvem projetos de pesquisa sobre o empreendedorismo no mundo todo” (GEM, 2019, p. 8).

Conceitualmente poderemos verificar que “oportunidade” se refere ao aproveitamento de uma situação oportuna visando a melhora da situação, enquanto a questão da “necessidade” se refere a algo que é indispensável, ou seja, aquilo que é feito com o intuito de conservação da vida (ASSUNÇÃO; QUEIROZ; COSTA, 2017).

O GEM produz anualmente um relatório intitulado “Empreendedorismo no Brasil”, o último relatório produzido foi de 2019, a seguir temos as figuras 3 e 4 reproduzem tabelas extraídas dos relatórios de 2018 e 2019 respectivamente.

Figura 3: Motivação dos Empreendedores 2018

Tabela 1.2 Motivação dos empreendedores iniciais: taxas¹ (em%) para oportunidade e necessidade, proporção sobre TEA² (em%), estimativas³ (em unidades) e razão⁴ oportunidade e necessidade - Brasil - 2018

Motivação	Taxas	Percentual da TEA	Estimativa
Oportunidade	11,0	61,8	15.107.684
Necessidade	6,7	37,5	9.176.644
Razão Oportunidade/ Necessidade			1,6

Fonte: GEM Brasil 2018

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos.

² Proporção sobre a TEA: A soma dos valores pode não totalizar 100% quando houver recusas e/ou respostas ausentes

³ Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2018: 136,8 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2018).

⁴ Exemplo de interpretação: para cada 1 empreendedor por necessidade, 1,6 empreende por oportunidade

Fonte: GEM, 2018.

Figura 4: Motivação dos Empreendedores 2019

TABELA 1.2 Percentual dos empreendedores iniciais¹ segundo as motivações para iniciar um novo negócio - Brasil 2019

Motivação	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Fonte: GEM, 2019.

Os dados do Relatório de 2018 na Figura 3 mostram que em porcentagem da Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA) 61,8% dos empreendedores iniciam a trajetória por oportunidade e 37,5% por necessidade, em uma proporção de 1,6.

Já o relatório de 2019 na Figura 4, com o levantamento realizado de forma diferenciada foram dadas mais opções de escolha, podendo inclusive escolher mais de uma resposta e a resposta mais escolhida foi “Para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, opção escolhida por 88,4%, o que por analogia se aproxima do empreendedorismo por “necessidade”.

O relatório de 2019 também pondera que essa resposta foi dada por 26,2% dos que deram uma única resposta, enquanto as demais opções foram a única resposta de 1,6%, 1% e 0,4%; respectivamente (GEM, 2019).

Em uma leitura crítica dos dois relatórios podemos extrair algumas conclusões: primeiramente, que os dados de 2018 talvez não reflitam a realidade e que os de 2019 permitem uma melhor análise dado a abrangência das perguntas.

Assim, observamos que o motivo dessa diferença pode estar na “dificuldade” de os trabalhadores que ingressam no empreendedorismo em assumir que estão entrando nessa vida por “necessidade”. Essa “dificuldade” está ligada a questões que foram debatidas aqui anteriormente ligas a características individuais “exigidas” dos empreendedores e que novamente aqui são um reflexo do processo de desoneração do capital.

Ainda podemos inferir que as condições de empregabilidade na conjuntura atual com a taxa de desemprego em 12,2% em 2019 (IBGE, 2019) e em 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE (2020), pressionam os trabalhadores para o “empreendedorismo”.

Também temos que considerar muitas vezes as questões acabam se fundindo ou se confundindo, assim:

Evidentemente que no mundo corrente e com as diversas crises econômicas vivenciadas, a variável oportunidade está intrinsecamente ligada à necessidade, pois ela acaba sendo um fator determinante para a inserção diária de novos empreendedores no mercado de trabalho, uma vez que, influenciados pela ausência de renda, precisam ainda ter criatividade aplicada conjuntamente com conhecimentos técnicos para atender a demanda familiar de subsistência (ASSUNÇÃO; QUEIROZ; COSTA, 2017, p.135)

Na conjuntura atual de alta taxa de desemprego vimos emergir também o processo de “uberização” do trabalho o qual se constitui em mais uma forma do capital retomar as taxas de acumulação, ao tempo em que o trabalho se torna desprotegido e precário. (FONTES, 2017).

Como essa questão não é objeto de nosso estudo, apenas indicamos a importância de se compreender esse processo contemporâneo pelo impacto que produz nas vidas dos trabalhadores, os quais, por conta do desemprego, buscam por essa modalidade de trabalho, o seu sustento.

2.3 Microcrédito

Os conceitos de micro finanças não são novos, pequenos grupos de poupança e crédito operam há séculos em todo o mundo, assim como cooperativas de crédito rural. A Igreja Católica, já no século 15, fundou lojas de penhores como alternativa aos agiotas e usurários. A Europa, já em 1800, viu um movimento de formalização dessas instituições, sobretudo na Alemanha com o desenvolvimento das cooperativas financeiras, que já nesse período tinham o

objetivo de proteger a população mais pobre de uma dependência de agiotas e melhorar seu bem-estar (HELMS, 2006).

No contexto contemporâneo os bancos tradicionais exercem um papel de protagonistas no atual estágio do capitalismo conhecido como “imperialismo”, marcado pela “financeirização do capital”, criada por uma superacumulação e concentração de capital nas mãos de poucos bancos de esfera mundial, agravado pela queda do lucro em investimentos industriais registrados nas últimas décadas (NETTO; BRAZ, 2012, p. 242 - 243).

Nesse cenário de protagonismo dos bancos e com ideias e conceitos de experiências anteriores, o Prof. *Yunus* em observação à dinâmica econômica das aldeias próximas à universidade onde lecionava e coordenava o departamento de economia, desenvolve uma experiência prática de microcrédito ao criar o Banco *Grameen*.

Nessas aldeias existiam atividades econômicas que chamaram a atenção de *Yunus*, como os trabalhos “artesanais” desenvolvidos principalmente, pelas mulheres em suas residências. Essas mulheres por razões culturais e religiosas quase não saíam de casa e, portanto, essas atividades eram desenvolvidas de maneira manual e quase sempre solitárias. Contudo, essas atividades precisavam de uma quantia irrisória de capital para se desenvolver e como as mulheres não tinham acesso a qualquer tipo de financiamento de bancos tradicionais tinham que recorrer a mecanismos informais como por exemplo a “agiotas” que cobravam juros extorsivos de até 10% ao dia. As atividades desempenhadas na verdade quase não geravam rendimento às mulheres pois o lucro quase que completamente ficava nas mãos dos intermediários financeiros (YUNUS, 2006).

O Prof. *Yunus* percebeu, portanto, a partir de sua observação, que o capital que essas mulheres necessitavam era realmente muito baixo e, que provavelmente, não atrairia a atenção de instituições bancárias tradicionais, assim começou a desenvolver formas de financiar essas atividades. A primeira experiência inclusive é desenhada quando ele mesmo emprestou uma quantia equivalente a vinte dólares americanos para atendimento das necessidades de crédito de uma quantidade considerável de mulheres possibilitando a elas “saírem das mãos” dos agiotas locais (YUNUS, 2006).

Esse primeiro “empréstimo” ainda que informal foi o início de um processo que culminou com a fundação do Banco *Grameen* -o primeiro banco exclusivamente dedicado ao microcrédito no mundo.

O Banco *Grameen* é essencialmente diferente de qualquer banco comercial que existia até então, segundo Yunus:

Num banco comercial, o sucesso se mede em termo de lucros e dividendos. Nós também tratamos de garantir um bom rendimento a nossos financiados-acionistas, mas trata-se muitas vezes de um rendimento em espécie, que assume sobretudo a forma de habitação e de melhoria do nível de vida. Esperamos um dia depositar dividendos monetários. Mas o dividendo em espécie, que melhora a vida cotidiana, é muito mais importante. Podemos igualmente beneficiá-los com reduções de nossas taxas de juros. (YUNUS, 2006, p. 153).

O microcrédito vincula-se à ideia de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento econômico a partir da concessão de pequenos empréstimos para indivíduos que, em geral, são “excluídos” do mercado formal de crédito, o qual, no Brasil é comandado por grandes instituições bancárias públicas e privadas.

Entretanto, o microcrédito suscita debates na medida em que há pelos menos duas correntes de preocupações que envolvem tal política: uma com ênfase na sustentabilidade das agências financeiras; outra focada no “alívio” da pobreza na medida que entende o microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e exclusão social. (SILVEIRA; CORDEIRO; GONÇALVES, 2018).

Nessa perspectiva, a experiência do Prof. Yunus está inserida na segunda vertente que se volta para o combate à pobreza.

Há, contudo, aqueles que advogam: a priorização do atendimento aos mais pobres entre os pobres; a consideração do crédito como direito humano; a pobreza entendida como multidirecional e a conseqüente demanda de agregação de outras intervenções além do crédito. Sob esta linha destaca-se a conhecida experiência do Grameen Bank, em Bangladesh (SILVEIRA; CORDEIRO; GONÇALVES, 2018, p. 150).

Segundo Silveira et al (2018, p. 151) “No contexto das micro finanças, o microcrédito tem sido reconhecido como importante alternativa de intervenção para o combate à pobreza, especialmente por sua capacidade de geração de trabalho e renda”, contudo, há que se considerar que tal política se volta aos “pobres dos mais pobres”,- que não se constitui na maioria da população, mas aqueles que se encontram na extrema pobreza, bem aos sabores das políticas públicas focalizadas cuja orientação vem das agências multilaterais.

O Banco Grameen em 2007 possuía cerca de 2.500 agências locais, as quais atendiam cerca de 7,5 milhões de clientes (LIMA, 2009).

Na América Latina, segundo Lima (2009) a primeira instituição a adotar as práticas operacionais características do microcrédito foi a Acción International.

A *Acción Internacional* foi fundada em 1961 por um estudante de direito da UC Berkeley, com trabalho na América Latina. O primeiro grupo de 30 americanos trabalhou em centros urbanos ao redor da Venezuela. Já nos anos 1970, os líderes da *Acción* se concentravam na falta de oportunidades econômicas nas cidades da América Latina e começaram a emitir pequenos empréstimos. Nas décadas de 80-90 a instituição ajudou a iniciar programas de microfinanciamento em 14 países da América Latina, com uma taxa de reembolso de 97%.

Já nos anos 2000 a *Acción Internacional* ampliou suas ações globalmente atuando na Índia, na África Subsaariana e estabeleceu o Centro de Inclusão Financeira (CFI) - um centro de estudos orientado para a ação (<https://www.accion.org.>).

Lima (2009, p. 58) relata a iniciativa da instituição em 1973 no Brasil, na cidade do Recife (PE): ao perceber o elevado número de empreendedores informais a instituição “identificou que a oferta de crédito a taxas de mercado poderia viabilizar o crescimento dos seus micro negócios” como alternativa aos agiotas que praticavam taxas abusivas. Então, passou a viabilizar pequenos empréstimos, “substituindo as garantias reais pelos colaterais sociais” modelo através do qual os tomadores de empréstimo se avalizam entre si, conforme é explicado no item 2.3.1 a seguir.

No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem estimulado, não sem contradições, o desenvolvimento das instituições de microcrédito e à inserção no sistema financeiro. Um desses mecanismos é o Programa Crédito Produtivo Popular – PCPP criado em 1996 com objetivo de “formar uma indústria de micro finanças no Brasil, ofertando *funding* para os agentes repassadores de microcrédito” (BRASIL, 2019, s/p).

Já em 1997, o BNDES firmou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visando fortalecer o segmento de microcrédito no Brasil. O PCPP foi substituído em junho de 2003 pelo Programa de Microcrédito (PM), o qual vigorou por dois anos.

Em 2005, foi instituído o atual Programa de Microcrédito (PMC) do BNDES que busca um “maior alinhamento às diretrizes de atuação governamental estabelecidas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)”, substituído pela Lei nº 11.110 cujos objetivos são: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Até dezembro de 2009, no âmbito do PMC, foram contratadas 40 operações, somando cerca de R\$ 130 milhões, desembolsados mais de R\$ 95 milhões.

A partir de 2010 passa a existir o Programa BNDES Microcrédito que, por meio de alterações no PMC, permitiu uma maior agilidade na concessão de crédito aos agentes repassadores e diminuiu a necessidade de amortização do principal. No decorrer dos anos, o BNDES elevou os recursos destinados ao microcrédito e desde 2014 o programa se tornou um produto do banco disponível constantemente, alcançando em 2016 a marca de R\$1 bilhão desembolsado para o microcrédito produtivo (BRASIL, 2019).

2.3.1 Metodologia do Microcrédito

Segundo *Yunus* (2006, p.184) as pessoas muitas vezes creditam o sucesso do Banco Grammen no combate à pobreza através do microcrédito a um contexto particular de *Bangladesh*, porém isso não é verdade, pois, além do fato de que as políticas do banco, como por exemplo, privilegiar a concessão dos empréstimos a mulheres, são contrárias à cultura conservadora de *Bangladesh*, adotando uma metodologia de trabalho que pode ser adaptada e usada em vários lugares do mundo. Com o banco, o Prof. *Yunus* (2006) criou mecanismos de combate às “desculpas as quais chama de “mitos”. Em relação à falta de informação acerca dos usuários dos estratos pobres, o Banco *Grammen* deixa de lado a prática de obter informações sobre esses “clientes”, focando apenas em suas necessidades.

A questão da “ausência de colaterais” também foi combatida pelo banco *Grammen*, quer dizer, a exigência de garantias- em geral ativos, que são pedidas pelos bancos tradicionais e que acabam impedindo o acesso ao mercado de crédito dos mais pobres. Para tanto, o banco desenvolveu a estratégia de financiamento com aval solidário baseado em grupos, como ponderado por *Yunus* (2006):

Descobrimos inicialmente que a constituição de um grupo era essencial ao sucesso de nossa empresa. Individualmente, um pobre se sente exposto a todos os tipos de perigo. O fato de pertencer a um grupo lhe dá uma sensação de segurança. O indivíduo isolado tem a tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna regular e passa a ser um financiado mais confiável. (YUNUS, 2006, p. 136).

Segundo *Morduch* (1999) a utilização desses “grupos” é uma inovação que se reproduz em vários programas ao redor do mundo e que possibilita a substituição das garantias tradicionais ausentes na população mais pobre, além de aumentar o fluxo de informações que os credores detêm, pois nesse sistema, os vizinhos agora têm incentivos para monitorar uns aos

outros e excluir mutuários arriscados da participação, aumentando, assim, o fluxo de informações e as taxas de reembolso. Ainda para Morduch (1999, p. 1570) “Os contratos chamaram a atenção dos economistas teóricos, e eles trouxeram reconhecimento global para o grupo de empréstimos no modelo do Banco *Grameen* do Bangladesh.”

Outro princípio básico do Banco *Grammen* que se tornou umas das inovações e primícias do microcrédito é a função do gerente que pode ser tratado como um “agente de crédito”, ou seja, um funcionário responsável por viabilizar os grupos de empréstimos, responsável principalmente pelo “contato e proximidade” com as pessoas atendidas pelo banco.

Segundo Yunus (2006) esta foi uma opção do banco, quer dizer, que os funcionários trabalhem em campo, contrariando o modelo de banco tradicional, pois o banco vai até o cliente e mantém uma estrutura física local muito “modesta” para o atendimento de suas necessidades. O treinamento dos funcionários também reforça esse tipo de atuação uma vez que somente uma pequena parte do treinamento é teórica, e, a maior carga horária é dedicada ao treinamento em campo. Esse talvez seja um dos aspectos diferenciais do banco pois disponibiliza seu pessoal a ir até o local onde as pessoas- possíveis clientes, vivem, potencializando o conhecimento da realidade.

Essas duas inovações de formação de grupos de empréstimos e o agente de crédito contribuem diretamente para solução de problemas como, a ausência de colaterais e a falta de informação. Tais estratégias também impactam o custo, pois essas duas inovações são parte da razão pela qual o banco *Grammen* apresente taxa de inadimplência muito abaixo do mercado reduzindo, assim, o custo com os provisionamentos necessários para créditos em perdas.

Apesar de alguns dados positivos com relação ao “custo da transação” da operação do microcrédito, ainda muito se discute sobre o assunto uma vez que, em geral, as iniciativas dependem de subsídios, pois o alto custo de se gerir muitos pequenos contratos e a necessidade de se cobrar uma baixa taxa de juros, torna difícil a sustentabilidade do negócio sem a inserção de subsídios, ainda que a perda em decorrência a inadimplência seja muito baixa.

Segundo Morduch (1999, p.1571) “O medo de repetir os erros passados tem empurrado os doadores para argumentar que o subsídio deve ser usado apenas para cobrir os custos iniciais”. Ainda para o autor existe uma questão: “Mas se o dinheiro gasto para apoiar microcrédito ajuda a cumprir os objetivos sociais de formas não possíveis através de programas como trabalho comunitário ou ajuda alimentar, por que não continuar subsidiando os microcréditos?”

Essa questão será debatida no presente trabalho por meio da discussão sobre especificamente o caso Banco do Povo Paulista, seus resultados e a percepção de seus usuários.

2.4 Banco do Povo Paulista

O Banco do Povo Paulista instituído desde 17 de abril de 1970, por meio do Decreto-lei Complementar n. 18, o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo foi regulamentado pela Lei nº 9.533, de 30 de abril de 1997, e é “destinado a propiciar recursos para aplicação em micro empreendimentos e micro e pequenas empresas, visando criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1997).

Ainda pela Lei nº 9.533, de 30 de abril de 1997, designava o Banco Nossa Caixa (encerrado em 2009, pós-incorporação pelo Banco do Brasil) como responsável pela contratação e cobrança dos financiamentos. A referida Lei também clarifica qual a origem dos recursos, que são: (a) Dotações ou créditos específicos consignados nos orçamentos do Estado e dos Municípios participantes; (b) O produto de operações que, por sua conta, forem feitas com instituições financeiras, nacionais e estrangeiras ou internacionais; (c) Aplicações realizadas pelo BNDES, no âmbito do Programa BNDES TRABALHADOR, em subconta especificamente criada para essa finalidade; (d) Aportes e doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, com redação dada pela Lei nº 16.371, de 12/01/2017; (e) Juros e quaisquer outros rendimentos eventuais; e (f) Amortizações de empréstimos concedidos.

Assim, fica regulamentado o fundo e a origem dos recursos que permitiu a criação do Banco do Povo Paulista (BPP).

A constituição do fundo é muito importante para o entendimento da dinâmica de funcionamento do BPP uma vez que hoje a origem dos recursos é quase em sua totalidade oriunda de recursos orçamentários do governo do estado de São Paulo e do orçamento dos municípios onde o BPP está instalado. Segundo dados contidos do “Manual Normativo, Banco do Povo Paulista” de junho de 2019 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019), os recursos aportados são 90% oriundos do orçamento estadual e 10% do orçamento municipal, inclusive no estudo do documento mencionado não existe qualquer alusão sobre as demais fontes de origem de recursos citadas na redação da Lei.

Com o encerramento das atividades pelo Banco Nossa Caixa, a administração do Fundo do BPP passou a ser responsabilidade da Desenvolve SP que foi constituída como uma agência

de fomento do Estado de São Paulo. Contudo, pelo fato de ser uma “agência de fomento” não pode fazer captação de recursos, ou seja, mais uma vez nota-se a opção pela utilização de recursos orçamentários públicos.

Na atual dinâmica de funcionamento do BPP além do aporte dos recursos, o governo estadual fica responsável por: selecionar e treinar os agentes de crédito e por supervisionar e apoiar as atividades operacionais das diversas unidades do banco, para o município além do aporte dos recursos cabe a responsabilidade de providenciar e manter o espaço físico para instalação da estrutura do BPP bem como os recursos humanos necessários para seu funcionamento (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Segundo dados do BPP (2019) o programa está presente em 563 municípios do estado de São Paulo e já atendeu, desde a sua fundação, 460.000 clientes com um total emprestado superando a marca de dois bilhões de reais.

2.4.1 Estrutura

Na atual configuração, o BPP está subordinado a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa e sua estrutura hierárquica está desenhada conforme a Figura 5, sendo assim o BPP está dividido em 7 setores cabendo a cada setor um fim específico e a condução e representação é feita por um coordenador.

Figura 5: Estrutura Operacional do Banco do Povo Paulista



Fonte: Governo do Estado de São Paulo, novembro2019.

O setor de suporte presta serviços de assessoria aos agentes de crédito, ao setor de “treinamento” cabe a seleção e treinamento dos agentes de crédito.

A “controladoria” tem o papel de supervisionar e acompanhar as unidades do BPP, bem como a verificação de *compliance* (verificação de conformidade) das operações contratadas, além da gestão dos arquivos. A sigla “CCO” se refere ao Comitê de Crédito Operacional, que é o setor responsável pelo deferimento das operações de créditos apresentadas pelos agentes.

O setor de “bonificação” é responsável pela gestão do Bônus por Participação nos Resultados (BPR) que é pago aos agentes de crédito, o BPR “Foi instituído pela Lei Estadual nº 14.922, de 28 de dezembro de 2012, visando estimular a boa gestão da carteira de créditos por meio do pagamento de um bônus aos servidores dos municípios designados para atuarem como agentes de crédito” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, junho de 2019). O pagamento do bônus está condicionado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas com regras publicadas no do “Manual Normativo, Banco do Povo Paulista” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, junho de 2019).

O setor de “convênios” é responsável pela gestão dos convênios firmados entre o governo e as prefeituras interessadas em operar uma unidade do BPP.

2.4.2 Agente de Crédito

Segundo Governo do Estado de São Paulo (junho de 2019) o agente de crédito pode ser conceituado como:

É o agente público responsável pelo atendimento dos empreendedores em cada município sendo ele quem percorre a comunidade em busca de apresentar soluções aos empreendedores, a fim de lhes oferecer as linhas de crédito bem como realizar as constatações necessárias para a deliberação das solicitações demandadas. Dessa forma, o agente de crédito cuida desde o cadastro do tomador, gerindo sua carteira e monitorando a fase pós-crédito (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, junho de 2019).

Como dito anteriormente, a figura do agente de crédito foi uma das inovações trazidas pela metodologia do microcrédito e na experiência do BPP se faz necessária e central para seu funcionamento.

Os agentes de crédito no BPP devem cumprir uma série de requisitos e se exige exclusividade sendo vetado que o agente exerça concomitantemente outra função. A seleção dos agentes fica a cargo da prefeitura, e o processo de treinamento inclui uma prova onde se tem uma pontuação mínima exigida para o exercício da função.

O papel do “agente de crédito” é fundamental para o funcionamento e execução das atividades das unidades do BPP.

Tendo como importante papel o relacionamento com os clientes, futuros tomadores de crédito, os agentes são responsáveis por disponibilizar os documentos necessários à formalização do crédito, sendo encarregados de receber toda a documentação de formalização, digitalizar e executar as tarefas do pós-crédito de cada operação efetuada. Uma das principais atribuições destes agentes é a gestão da carteira de créditos, devendo zelar pela qualidade das operações, acompanhar a quitação das parcelas e manter sigilo de todos

os dados pessoais e respectivas operações financeiras (MANIGLIA, 2019, p.31).

Como observamos, o agente de crédito, no âmbito do Banco do Povo exerce funções similares aos agentes de um Banco privado, o que revela que apesar dos objetivos do primeiro serem diferentes, a natureza continua a mesma.

2.4.3 Os Financiamentos

A dinâmica dos financiamentos concedidos pelo BPP pode ser entendida mais claramente com dados da Figura 6. A taxa de juros praticada pelo BPP atualmente varia entre 0,35% e 1% ao mês, capitalizada e paga mensalmente durante o período de amortização, além da taxa de juros em todos os financiamentos concedidos é cobrado uma tarifa chamada de Tarifa de Sustentabilidade do Fundo (TSF) que hoje equivale a 1% do total emprestado e é paga no ato da liberação do recurso e sua função é dar sustentabilidade ao fundo tendo em vista o subsídio do Governo do Estado de São Paulo que permite a cobrança de taxa de juros bastante abaixo as de mercado (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Na Figura 6 estão descritas todas as linhas de crédito oferecidas pelo BPP. Percebe-se que o público atendido pelo banco é bastante abrangente compreendendo inclusive os empreendedores informais. Quanto ao “limite de crédito” que é na verdade um “teto” de liberação de recursos constata-se que uma elasticidade de valores para as concessões subsequentes, e esse fato se deve a uma política do BPP de valorizar os tomadores adimplentes.

A Figura 7 traz alguns dados mais específicos das linhas de crédito oferecidas, inclusive a dividindo em três tipos que são: Capital de Giro: abertura e regularização de empresas, animais de comercialização, consertos em geral, divulgação, insumos e semente, matéria prima, preparação do solo, aluguel de máquinas, produtos para comercialização e manutenção de estoques; Investimento Fixo: animais para tração e produção, aplicativos de informática, equipamentos de informática, equipamentos para veículos, máquinas, ferramentas, bicicletas veículos aquáticos, construção de poços artesianos, utensílios para eventos, tratores e implementos agrícolas, veículos rodoviários, motocicletas, carretas, carrocerias, trailers e material para construção e mão de obra; misto.

Nos empréstimos de linhas de investimento devido a sua natureza, ou seja, aquisição de ativos, os prazos para pagamento são maiores além de permitir uma carência maior dando ao empreendedor um maior tempo para que os investimentos tenham efeito positivo no fluxo de caixa da empresa (fluxo de entrada e saída de recursos). Mesmo nas linhas de capital de giro

existe um prazo para pagamento de até 24 meses e uma carência de até 60 dias, permitindo também aqui um tempo para que o dinheiro aplicado tenha efeito sobre o negócio.

Para concessão são requisitos: desenvolver atividade produtivas nos municípios que tenham unidades do BPP, se for pessoa física residir há mais de dois anos no município da unidade, ter faturamento de até R\$360 mil nos últimos 12 meses, não possuir restrições do Serasa e Cadin.

Quanto as garantias, segundo aponta o site dogoverno do estado de São Paulo (2019), são consideradas garantias mínimas para a operação: o aval para todas as operações e o Fundo de Aval do Estado de São Paulo (FDA) para as operações de Pessoa Jurídica. As pessoas que prestarão o aval além das demais exigências não podem ter o CPF inscrito no Serasa ou no Cadin, assim como as pessoas jurídicas para utilizarem o FDA tem que apresentar certidão negativa de débitos de vários órgãos (Receita Federal, INSS, Cadin Estadual, FGTS e Caixa Econômica Federal).

Figura 6: Linhas de Crédito

CATEGORIA	CONDIÇÕES	
	LINHAS DE CRÉDITO	TAXA
INFORMAL	1º crédito até R\$ 5.000,00	1% a.m + 1% TSF
	2º crédito até R\$ 10.000,00	
	3º crédito e posteriores até R\$ 15.000,00	
FORMAL MEI	1º crédito até R\$ 10.000,00	0,35% à 0,70% a.m + 1% TSF ato + FDA
	2º crédito até R\$ 15.000,00	
	3º crédito e posteriores até R\$ 21.000,00	
Produtor rural com CNPJ	1º crédito até R\$ 15.000,00	0,35% à 0,70% a.m + 1% TSF ato
	2º crédito até R\$ 35.000,00	
	3º crédito e posteriores até R\$ 50.000,00	
FORMAL: ME, EPP, LTDA, EIRELI	1º crédito até R\$ 15.000,00	0,35% à 0,70% a.m + 1% TSF ato + FDA
	2º crédito até R\$ 35.000,00	
	3º crédito e posteriores até R\$ 50.000,00	

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, novembro de 2019.

Figura 7: Prazos e tipos de Financiamento

Prazos de financiamento			
Cliente	Tipo de crédito	Prazos	
		Total	Carência adicional
Informal (pessoa física) Produtor rural sem CNPJ	Capital de Giro	Até 12 meses	Até 60 dias
	Investimento Fixo	Até 24 meses	Até 90 dias
	Misto		
Pessoa Jurídica MEI, ME, LTDA, EIRELI Produtor rural com CNPJ, Microfranquias	Capital de Giro	Até 24 meses	Até 60 dias
	Investimento Fixo	Até 36 meses	Até 90 dias
	Misto		
Associações e cooperativas produtivas ou de trabalho	Capital de Giro	Até 24 meses	Até 60 dias
	Investimento Fixo	Até 36 meses	Até 90 dias
	Misto		
Motofretista e Mototaxista (com CNPJ)	Motocicleta e Acessórios	Até 36 meses	Até 90 dias

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, novembro de 2019.

Em 19 de junho de 2019 em uma parceria firmada entre o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Desenvolve São Paulo, foi lançado o programa intitulado “Empreenda Rápido”.

O programa busca atender o empreendedor melhorando o ciclo de vida e competitividade das empresas, inclusão produtiva das pessoas desempregadas, sobretudo aos PME's, com capacitação empreendedora, qualificação técnica, inovação e produtividade, financiamento e microcrédito, formalização e desburocratização, e acesso ao mercado. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Os cursos de capacitação fornecidos pelo SEBRAE dão um certificado de conclusão que dentro do âmbito do programa é um dos pré-requisitos para a habilitação ao crédito.

O programa tem algumas condições diferenciadas das linhas tradicionais do banco, conforme Figura 8.

Figura 8: Condições Diferenciadas Empreenda Rápido

CLIENTE	LIMITES DE CRÉDITO	TAXAS DE JUROS
Informal (Pessoa Física e produtor rural sem CNPJ)	R\$ 200,00 à R\$ 15.000,00	0,8 % a.m + 1% TSF ato
MEI	R\$ 200,00 à R\$ 21.000,00	0,35% a.m à 0,55% a.m +1% TSF ato + FDA
Produtor Rural com CNPJ	R\$ 200,00 à R\$ 50.000,00	0,35% a.m à 0,55 % +1% TSF ato
ME, EPP, LTDA, EIRELI, Associação Produtiva ou Cooperativa, Microfranquias, Motofretista e Mototaxista	R\$ 200,00 à R\$ 50.000,00	0,35% a.m à 0,55% a.m + 1% TSF ato + FDA

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, novembro de 2019.

A escolha por uma ou outra linha de crédito bem como a assessoria para adequação às condições são feitas em conjunto e com o apoio do agente de crédito que inclusive tem entre suas atribuições visitar os negócios que solicitam a captação dos recursos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho desenhado pelo pesquisador para alcançar os objetivos propostos na pesquisa visando a produção do conhecimento científico.

Para Marconi e Lakatos (2019) o conhecimento científico diferencia-se do conhecimento popular e é transmitido:

[...] por intermédio de treinamento apropriado, sendo um conhecimento obtido por modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos. Visa explicar por que e como os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados, numa visão mais globalizante do que a relacionada com um simples fato [...]. (MARCONI; LAKATOS, 2019, p. 68)

Segundo os autores o que diferencia o conhecimento científico do conhecimento popular não é a veracidade e tampouco a natureza do objeto conhecido e, sim, a forma, o método e os instrumentos utilizados para chegar ao conhecimento.

A produção do conhecimento científico, portanto, requer a “consonância entre as dimensões ontológicas e epistemológicas do “que” e do “como” se “investiga”, a fim de que o estudo ganhe confiabilidade (BICUDO, 2011, p. 11). Nesse sentido, é que a metodologia ganha inteligibilidade, ou seja, a metodologia da pesquisa deve estar embasada em uma teoria, entendida como

Uma maneira de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que está sendo examinado. Remete aos conceitos e categorias que serão empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade, à rede de elaborações mentais já fixada por outros autores (e com as quais o pesquisador irá dialogar para elaborar o seu próprio quadro teórico). A “teoria” remete a generalizações, ainda que estas generalizações se destinem a serem aplicadas a um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa. (BARROS, 2013, p. 274).

Nessa direção, se adota como referencial teórico do estudo, o materialismo histórico-dialético por entendermos que a compreensão dos fenômenos propostos para o estudo estão inscritos em uma realidade contraditória e necessitam ser analisados à luz de uma teoria que permita a visão de totalidade, visto que a produção e a reprodução das relações sociais no interior do sistema capitalista, não se restringem somente à relação capital e trabalho e nas suas condições objetivas de produção e reprodução da vida material. Mais do que isso, elas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e suas formas de consciência social e expressões culturais; elas envolvem a reprodução de um determinado modo de vida em suas determinações universalizantes e singulares, em suas tendências históricas e em suas manifestações cotidianas (CEOLIN, 2014, p. 242-243).

A metodologia, por sua vez, se vincula

Às ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a ‘teoria’ relaciona-se a um “modo de pensar” (ou de ver), a ‘metodologia’ refere-se a um “modo de fazer”, ou ao campo de atividades humanas que em filosofia denomina-se práxis. (BARROS, 2013, p. 274).

A partir dessa compreensão, descreve-se a seguir as etapas da metodologia a ser empregada para alcançarmos os objetivos da presente pesquisa.

3.1 Delineamento da pesquisa

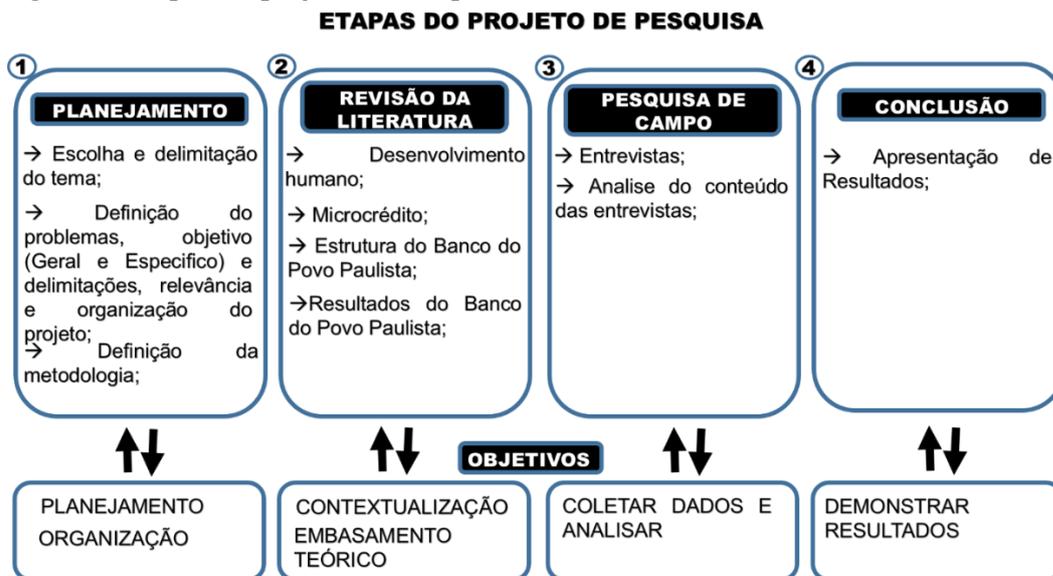
Quanto ao delineamento da pesquisa, Gil o entende como o

Planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas (GIL, 2008, p. 49).

Ainda para Gil (2008, p. 49) “o delineamento ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos e sua forma é a de uma estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias para fazê-lo”.

Nessa direção, elaboramos a Figura 9 que demonstra de maneira esquemática as etapas percorridas na elaboração da pesquisa:

Figura 9: Etapas do projeto de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

3.2. Tipo de Pesquisa

Como já mencionamos, a pesquisa se caracteriza como exploratória por meio de abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Foram realizadas entrevistas com usuários do Banco do Povo de São José dos Campos e Taubaté visando conhecer a percepção destes quanto aos benefícios dessa política pública para suas vidas.

A pesquisa qualitativa pauta-se na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. (OLIVEIRA, s/d).

Segundo Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Segundo Marcondes e Brisola (2011, p.4)

A pesquisa qualitativa privilegia a singularidade do sujeito, pois a atitude de escuta e o interesse por parte do pesquisador desperta no outro o impulso de revelar-se mediante a narrativa oral por exemplo. Com ela, é possível caminhar na direção do resgate da experiência de vida pessoal, familiar, profissional e social da pessoa humana, indo para além dos aspectos circunstanciais materiais e estruturais que a envolve.

Outro aspecto significativo no que tange à pesquisa qualitativa refere-se ao número de sujeitos a ser abordado. Nesse sentido, descreve-se a seguir a população.

3.3. População

O estudo se realizou com usuários do Banco do Povo Paulista das cidades de Taubaté e São José dos Campos.

Os dados fornecidos pelo BPP de Taubaté são de 2015 até junho de 2019, nesse período foram feitas 722 concessões, com uma média anual de 167 contratos por ano, o total de recursos liberados no período foi de R\$4.176.114,41 uma média anual de R\$959.747,11 (para esse cálculo foram considerados apenas os dados de anos encerrados, não considerando o resultado parcial de 2019). Cabe destacar que muitos contratos firmados se voltam a um mesmo contratante, o que dificulta a identificação do número exato de usuários por banco.

Os dados fornecidos pelo BPP de São José dos Campos são somente do ano de 2018 os quais foram firmados 47 contratos em um total de R\$356.277,00. Como não foram fornecidos dados dos demais anos não foi possível apurar a média.

Para a realização das entrevistas optou-se por 2 usuários de cada Banco, de ambos os sexos, sem levar em consideração o montante do recurso emprestado, nem o tipo de atividade desenvolvida. O número dos sujeitos para a entrevista se dá baseado na intencionalidade que a pesquisa qualitativa permite, ou seja,

A abordagem qualitativa evidencia que os aspectos da formação, subjetividade e vivência do pesquisador interferem de formas variadas no planejamento da pesquisa, no que se refere à determinação (1) do objeto, (2) do campo empírico, (3) das abordagens teóricas eleitas para direcionar a reflexão e análise. Além disso, a individualidade do pesquisador influencia a determinação do processo de amostragem, o tratamento dos dados coletados e, conseqüentemente, dando especificidade aos resultados da pesquisa. (NOBRE et. al. 2016, p. 165).

Apesar da liberdade que a pesquisa qualitativa permite no que tange ao número de sujeitos para a pesquisa, utilizou-se como critério, o fato de o pesquisado ter solicitado e recebido recursos do Banco do Povo mais de uma vez.

3.4. Instrumentos de Pesquisa

O instrumento para a coleta de dados da presente pesquisa foi a entrevista, guiada por um roteiro. (Apêndice C). Tal instrumento foi escolhido por permitir a expressividade do participante da pesquisa.

Nesse sentido, buscamos identificar as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista sobre a contribuição para o seu desenvolvimento foram eixos: trajetória pessoal/profissional, experiência com o Banco do Povo, resultados obtidos e avaliação do Banco Povo.

3.5. Procedimentos para Coleta de Dados

O estudo, por utilizar seres humanos para a coleta de dados, foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU) e aprovado conforme Parecer Consubstanciado (ANEXO VI).

Nesse sentido, foi solicitada autorização, por meio de ofício (ANEXO I e III), junto BPP dos municípios de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP, para a permissão da realização da

pesquisa com dois usuários de cada Banco, ressaltando-se, inclusive, que em nenhum momento a pesquisa identificou os sujeitos ou dados protegidos pelo sigilo bancário. As autorizações foram concedidas pelas duas unidades (ANEXO II e IV). Os participantes da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO V).

As gravações das entrevistas serão arquivadas com o pesquisador pelo prazo de 5 anos, após o que serão destruídas.

Os nomes utilizados José, João, Paulo e Maria são fictícios a fim de proteger a identidade dos entrevistados

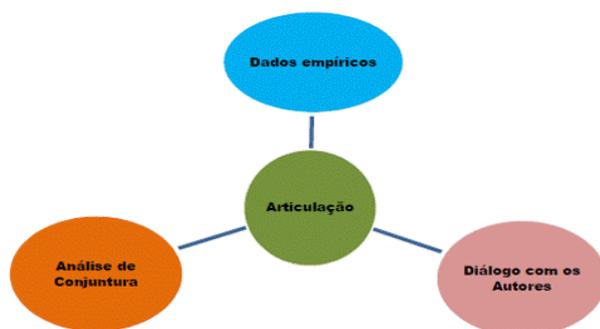
3.6. Procedimentos para Análise de Dados

Para a análise dos dados utilizou-se a técnica da triangulação a qual segundo Marcondes e Brisola (2014), pode ser usada em três dimensões, na primeira dimensão “é utilizada para avaliação aplicadas a programas, projetos, disciplinas, enfim”; na segunda dimensão permite ao pesquisador o uso de três técnicas, podendo ser por exemplo: grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros e por fim em sua terceira dimensão que será utilizada nesse trabalho se dá pela análise de informações coletadas.

A técnica prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção da totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p.203).

Ainda conforme as autoras supracitadas (2014), na análise Triangulação de Métodos o modo de execução da técnica é baseado na preparação do material coletado, bem como a articulação de três aspectos: informações levantadas nas pesquisas, diálogo com os autores da temática e a análise do contexto (conjuntura). Tal explicação é elucidada pela Figura 10, elaborada pelas autoras.

Figura 10: Análise por Triangulação de Métodos.



Fonte: Marcondes e Brisola (2014),

Na presente pesquisa foram trianguladas: as narrativas coletadas nas entrevistas dos usuários do Banco do Povo Paulista, nas quais serão explicitadas o contexto de vida dos entrevistados, como por exemplo sua condição de pobreza com o contexto histórico e crítico do Desenvolvimento Humano e o contexto espacial de atuação do Banco que aqui para este projeto foi delimitado na atuação nas cidades de: Taubaté e São José dos Campos e o diálogo com autores que tratam a temática: desenvolvimento humano, microcrédito e Banco do Povo.

3.7 Perfil dos sujeitos da pesquisa

O Quadro 02 demonstra o perfil dos entrevistados conforme informações por eles prestadas: o nome fictício dos usuários preservando suas identidades; idade; sexo; estado civil; profissão.

Quadro 02: Perfil do Entrevistados.

NOME	IDADE	SEXO	ESTADO	PROFISSÃO / OCUPAÇÃO	NEGÓCIO DESENVOLVIDO
José	54	masculino	casado	autônomo	fabricação de chinelos
João	43	masculino	casado	engenheiro civil	manutenção de equipamentos
Paulo	41	masculino	casado	representante comercial	fabricação sabonetes/ essências
Maria	31	feminino	casada	empresária / prof. universitária	venda roupas <i>plus-size</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Como podemos observar entre os entrevistados há prevalência do sexo masculino, fato que pode ser explicado pelo ainda incipiente número de mulheres que se aventuram no mundo dos negócios. Contudo, esse quadro encontra-se em processo de mudança na medida em que se assiste a expansão do chamado empreendedorismo feminino.

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE, mostram que cerca de 9,3 milhões de mulheres estão à frente de negócios.

Conforme o GEM (2018) com dados de 49 países, mostra que o Brasil ficou em sétimo lugar no ranking de proporção de mulheres à frente de empreendimentos iniciais (menos de 42 meses de existência). O Relatório Especial de Empreendedorismo Feminino no Brasil,

divulgado pelo Sebrae (2019) aponta que 48% dos MEI's são mulheres. Entretanto, conforme o mesmo Relatório a conversão de "Empreendedoras" em "Donas de Negócios" é 40% mais baixa. Há uma desistência maior no caso das mulheres. Diferentemente dos homens os quais em cada 10 empreendedores (Homens) do GEM, 6,5 viram "Donos de Negócio" e em cada 10 empreendedoras (Mulheres) do GEM, 3,9 viram "Donas de Negócio", evidenciando o marcador de gênero também no âmbito do empreendedorismo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas dos usuários do Banco do Povo Paulista foram analisadas nessa seção visando, em primeiro lugar, entender a trajetória de cada indivíduo bem como suas percepções quanto ao papel do BPP para o desenvolvimento do seu negócio e, sobretudo, para seu desenvolvimento. As entrevistas revelam pontos comuns nas percepções dos usuários, mas também revelam algumas singularidades.

4.1. Trajetória Pessoal e Profissional

Partimos da compreensão de que a trajetória profissional está imbricada à pessoal na medida em que processos vivenciados ao longo da vida podem incidir sobre as escolhas profissionais dos indivíduos como apontam Tardif e Raymond (2000), referindo-se à trajetória profissional de professores. Os autores explicam que nesse processo os professores acumulam saberes e que esse são “temporais”,

[..] pois são utilizados e se desenvolvem no âmbito de uma carreira, isto é, ao longo de um processo temporal de vida profissional de longa duração no qual intervêm dimensões identitárias, dimensões de socialização profissional e fases e mudanças. A carreira é também um processo de socialização, isto é, um processo de marcação e de incorporação dos indivíduos às práticas e rotinas institucionalizadas das equipes de trabalho. Ora, essas equipes de trabalho exigem que os indivíduos se adaptem a essas práticas e rotinas, e não o inverso. (TARDIF; RAYMOND, 2000, p.217).

Na direção apontada pelos autores supracitados pode-se traçar um paralelo com a carreira de empreendedor, pois conforme se observa nas narrativas há marcas das “dimensões identitárias”, como mudanças citadas pelos autores tanto nas narrativas referentes tanto ao período pré-empresendedorismo quanto ao período do empreendedorismo em si, bem como nota-se assim como ponderado pelos autores a “incorporação” das práticas do grupo pois apesar da característica mais “livre” que supostamente o empreendedorismo carrega o que se observa é um controle e subordinação ao grande capital assim como nas atividades com vínculo empregatício.

Ainda para Tardif e Raymond (2000, p. 209 e 210) “em termos sociológicos, pode-se dizer que o trabalho modifica a identidade do trabalhador, pois trabalhar não é somente fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa de si mesmo, consigo mesmo”. No âmbito do empreendedorismo essa “mudança de identidade” do trabalhador também pode ser observada

e, muitas vezes duplamente, uma vez que as atividades empreendedoras para muitos trabalhadores são uma segunda atividade/renda.

Costa e Saraiva (2014) apontam que muitos estudos sugerem que estamos na “era do empreendedorismo”, de fato a cultura do empreendedorismo e as tão apregoadas “virtudes empreendedoras” parecem estar no centro das discussões conduzindo cada vez mais os trabalhadores a empreender. Esse é resultado de um processo histórico no qual o aumento das massas desempregadas e o enfraquecimento dos sindicatos transformaram os contratos de trabalho em mais flexíveis, dito de outra maneira, o processo do dito “trabalho regular” deu espaço a contratos parciais, temporários ou ainda, a subcontratos, por meio de terceirizações (HARVEY, 1992)

Para Ehrenberg (1999) citado por Barbosa (2011, p.131) as virtudes empreendedoras estão ligadas a um conceito de “culto à performance” individual e consiste:

Em uma mistura discursiva que abarca o discurso esportivo, do consumo e, principalmente, empresarial, tem-se um recrudescimento do individualismo sobre uma nova base: símbolo da valorização das iniciativas da sociedade civil e da crise da representação política baseada em corporações coletivas (BARBOSA, 2011, p. 131).

Esse incentivo ao individualismo e a ênfase nas capacidades individuais solicitadas ao trabalhador moderno além de desonerar o capital na medida em que o sucesso ou fracasso passa a ser uma responsabilidade individual, conduz um processo que desestabiliza o próprio conceito de “carreira” na medida que a torna incerta e instável (BARBOSA, 2011). Para Beyda e Casado (2011, p. 1070) “o novo modelo propõe autonomia, baseada no conhecimento de si mesmo para esse desenvolvimento. Assim, a segurança das novas carreiras advém do ser empregável, dá chance de acumular capital humano através de novas habilidades e reputação.”

Esse processo de “ser empregável” exigido do trabalhador é um dos mais importantes motivos que levam ao empreendedorismo uma vez que nessa busca por aprimoramento e adequação ao novo mercado de trabalho conduz ao “autoemprego”.

Conforme Beyda e Casado (2011) as motivações para empreender são em alguns casos uma escolha, contudo, em muitos casos, os trabalhadores são “empurrados” para esse caminho pela ausência ou a perda de emprego ocasionadas pelos constantes processos de “reengenharia” no mundo do trabalho que diminuem os postos de trabalho. Seja de uma maneira ou de outra a expectativa desses ingressantes no empreendedorismo é de uma melhor remuneração e maior autonomia.

Em relação ao individualismo e à ausência de visão coletiva, sobretudo, no que se refere à classe - trabalhadora recorremos aos estudos de Alves (2010) segundo o qual, no contexto

contemporâneo, o capitalismo assume uma dimensão profundamente manipulatória atingindo a subjetividade dos trabalhadores em razão dos processos de flexibilização do trabalho e da precarização salarial, que em última instância, capturam a subjetividade do trabalhador, o qual fica submetido, em razão do medo ao desemprego, a formas precárias de contratos, à exigência cada vez maior de dedicação ao trabalho, transformando, inclusive, os objetivos da empresa, em seus. O autor exemplifica tal situação: “a flexibilização da jornada de trabalho por meio do banco de horas [por exemplo], coloca o operário ou empregado como “homem inteiro”, à disposição da dinâmica laboral do capital” (ALVES, 2010, p. 8).

Ainda nessa direção, Alves (2010) afirma que ocorre a redução da vida plena, operando a transformação do tempo da vida (família, lazer etc.) em tempo de trabalho.

O autor afirma que na sociedade capitalista contemporânea “o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado” (ALVES, 2010, p. 21) produzindo, nessa direção, “homens imersos em atitudes (e comportamentos) “particularistas”, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes.” (p. 21).

Assim, pode-se concluir que o novo metabolismo do trabalho é elemento desagregador dos coletivos do trabalho, ao tempo em que potencializa o individualismo.

No que tange à classe trabalhadora, Alves (2010, p. 10) aponta que os processos de individualização gerados pela flexibilização e precarização do trabalho acabam por gerar a “dessubjetivação de classe”.

Para o autor (2010, p.10) supracitado, o processo de “dessubjetivação de classe implicam dinâmicas sociais, políticas, ideológicas e culturais que levam a dissolução de coletivos do trabalho” impregnados da memória pública da luta de classe”, com a desvalorização das práticas coletivas e da solidariedade de classe à qual foi elemento determinante para a organização dos trabalhadores desde os primórdios do capitalismo. Aliás, “a noção de solidariedade de classe é fundamental para construção da identidade da classe trabalhadora desde a emergência do capitalismo e do aparecimento do proletariado” (SAVEDRA; ANGELO; MOLINA. 2018, p. 11).

No contexto contemporâneo com a implementação da agenda neoliberal associada às mudanças operadas no mundo do trabalho conforme dito acima, há um franco processo de restrição e até mesmo eliminação da consciência de classe, sobretudo quando ocorre o desmonte dos coletivos laborais (ALVES, 2010) com o processo de despolitização da classe trabalhadora.

Em relação à despolitização da classe trabalhadora, cabe destacar o papel central que tiveram os sindicatos na organização das classes trabalhadoras no mundo capitalista de modo geral e em particular no Brasil, apesar das inúmeras contradições que perpassaram esse processo, especialmente o chamado Novo Sindicalismo que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

[...] fundada em 1983 e inspirada, na origem, num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. Herdeira das lutas sociais e operárias das décadas anteriores, especialmente dos anos de 1970; a CUT resultou da confluência entre o novo sindicalismo nascido no interior da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era exemplo) e o movimento das oposições sindicais (de quem foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP - e oposição Metalúrgica de Campinas) que atuavam fora da estrutura sindical oficial e combatiam seu sentido estatal, subordinado, atrelado e verticalizado. (ANTUNES, 2007, p. 293)

Desde a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 até o presente momento, as mudanças estruturais e superestruturais no âmbito da dinâmica capitalista produziram, “entre outras consequências, um maior enfraquecimento do sindicalismo em âmbito nacional e internacional.” (GIROLETTI, 2007, p. 310).

Hoje, os sindicatos diante das desregulações de direitos dos trabalhadores e do desemprego estrutural encontram-se sem potencial mobilizador, pois além da descrença produzida pelo ideário neoliberal na participação política, o rumo do sindicalismo no Brasil é incerto e, em consequência, a classe trabalhadora se dessolidariza e tem capturada a subjetividade de classe.

No escopo desse debate, o discurso do empreendedorismo cai como uma luva na medida em que estimula as saídas individuais como forma de conquista do “sucesso, altamente valorizado positivamente como expressão da subjetividade” conforme explica-nos Virgínia Fontes (2017, p. 47).

Na esteira dessa questão, nos países capitalistas, há a implementação de processos educativos voltados ao empreendedorismo, como forma de disciplinamento das classes trabalhadoras para o entendimento de que o desemprego é condição normal (FONTES, 2017).

A partir das considerações teóricas, que passamos a buscar compreender as motivações dos sujeitos da pesquisa em aderir ao empreendedorismo, identificando os pontos convergentes e divergentes entre as narrativas.

O participante da pesquisa José, por exemplo, trabalhava como encarregado de obra antes de empreender. Em sua narrativa faz uma reflexão sobre a transição do emprego-formal

para o empreendedorismo, e nessa direção, notamos que mesmo ressaltando as dificuldades do trabalho anterior o entrevistado não deixou de ponderar a dificuldade da transição:

[...] eu falo, porque hoje quando eu entrei no mercado, eu trabalhava de encarregado de obra, eu trabalhei trinta anos com isso. Eu fazia, trabalhava em construção civil. A diferença de você trabalhar com funcionário, igual eu já cheguei a trabalhar com quatrocentos pessoas, para vir fazer chinelo e vender no mercado. É complicado. ou, não é? (José, grifos nossos)

O mesmo participante ao avaliar essa transição para o empreendedorismo se coloca na posição de empresário inclusive para se referir aos antigos colegas de trabalho, demonstrando a clara “absorção” desse papel:

Então, eu trabalhava... igual você... aqui na construtora XXXX, eu trabalhei doze anos nela, mexendo com funcionário, que é a parte mais difícil da obra, o funcionário. (José, grifos nossos)

Você tem que estar durão ali. Você tem que manter firme. Aí você sai para vender chinelo. Olha a diferença. Entendeu? Mas hoje, não. Hoje eu chego ao mercado... primeiro eu vou tomar um café com o dono do mercado, responsável por compras, nós vamos bater um papo, para depois tirar pedido. Por quê? Foi abrindo a mente, entendeu? (José, grifos nossos)

José tem, portanto, uma marca em sua trajetória que é o abandono do emprego formal para uma transição para o empreendedorismo, quando explica que como mestre de obra tinha que gerenciar 400 funcionários e o quanto isso era tarefa difícil, pois tinha que ser duro com seus subordinados, já vender chinelos por ele produzidos tornou-se uma tarefa mais leve. Relata ainda que foi motivado ao empreendedorismo por uma mistura de acaso e de “revelação do Espírito Santo”. Pela narrativa, podemos inferir que para José a transição de empregado formal para “empreendedor” significou um avanço de *status*, o que certamente vai ao encontro da ideologia propalada pelos ideólogos do empreendedorismo.

Essa mesma transição do mercado formal para o empreendedorismo pode ser observada na narrativa de Maria, na qual fica marcado esse processo tanto no aspecto pessoal quanto profissional. No aspecto pessoal a motivação, segundo ela está relacionada como “uma forma de alinhar a necessidade da família”, pois a participante pondera os aspectos familiares da dupla jornada de mãe e profissional e o quanto com a entrada no empreendedorismo teria uma melhor adaptação, inclusive condiciona a evolução de sua carreira empreendedora com o crescimento dos filhos:

Então, a minha ideia é crescer. Então eu quero sim, se possível. Eu acho que esse tempo também, até levar o que programo na minha cabeça vai muito de acordo com a minha família, o crescimento dos meus filhos. Trabalhei em caso um ano enquanto o meu filho tinha um ano de idade. Um ano eu saí,

agora ele tem dois, daqui a um ano vai ter três. Eu penso muito nisso também
(Maria)

Nos dois estratos citados José cita que precisava ser “duro” com os subordinados e Maria diz que precisava “alinhar as necessidades da família” notamos características do individualismo que citamos anteriormente como uma das “virtudes empreendedoras”. Esse individualismo observado na fala dos entrevistados chama a atenção pois notamos que os dois entrevistados não se reconhecem como classe trabalhadora, refletindo e causando assim, um processo de enfraquecimento da capacidade de mobilização coletiva da classe.

Para Barbosa (2011) está acontecendo um “alargamento” e um uso “pervertido” da narrativa de empreendedorismo, causando uma desmobilização de classe. Para o autor:

O mau uso desse alargamento, um empreendimento da ofensiva neoliberal e da vocação volátil e descompromissada do capital financeiro em relação a qualquer tipo de demanda coletiva que represente um ônus indesejado aos mercados, cria um ambiente de incertezas e de insegurança social que nutre o recrudescimento de um novo tipo de individualização, em que os indivíduos passam a perceber-se como desvinculados de qualquer projeto coletivo comum, pois lhes é total ou parcialmente negada a inserção social baseada no reconhecimento de direitos sociais incorporados àquilo que Castel (idem) chama de condição salarial (BARBOSA, 2011, p. 124-125).

As narrativas evidenciam ainda que tanto José como Maria acreditam que pelo empreendedorismo alcançaram autonomia: “sob o manto da autonomia faz o sujeito empreendedor imaginar que basta ser patrão – às vezes de si mesmo – para ter a chance de mudar de classe social” (TAVARES.2018, p. 109).

Diante dessa adaptação entre vida pessoal e profissional que o empreendedorismo permitiu, Maria pondera que o retorno para o mercado formal é “fora de cogitação” e completa dizendo:

Primeiro porque eu acho que... eu tive essa experiência também com outras amigas que passaram por isso que montaram o próprio negócio e depois tentaram voltar para emprego formal. Não cabe, porque é bem aquilo, que a mente se expande, é uma nova ideia, depois você não consegue voltar ao seu tamanho original, porque, dentro de um emprego formal, você é muito submisso. Não só na questão de horário, mas na questão de colocar ideias em prática. Eu acho que isso não cabe em quem tem perfil empreendedor, entendeu? A gente quer ter poder de tomada de decisão, a gente quer ter um planejamento estratégico, a gente quer aplicar, a gente quer conhecer os resultados. E isso é muito ocultado para quem está trabalhando em um emprego formal. (Maria, grifos nossos)

Maria traz para discussão a questão do “perfil empreendedor” que é um tema que buscamos desenvolver na revisão de literatura e que tem aspectos presentes em todas as narrativas, embora o conceito seja citado nominalmente somente por essa participante.

Inclusive notamos que a participante se refere ao suposto “perfil empreendedor” como capaz de expandir a mente de quem o conquista.

A noção de “perfil empreendedor” está muito ligada às características individuais que o trabalhador que ingressa no empreendedorismo supostamente precisaria desenvolver. As ditas “capacidades individuais” se somam a outros argumentos conservadores e economicistas tais como: qualificação dos trabalhadores e rigidez de normas trabalhistas para explicar o crescente desemprego que é “funcional ao capital”, tirando a centralidade de problemas como o papel do crescimento econômico e da política macroeconômica, criando dessa maneira, o cenário político ideal para as mudanças necessárias ao capital para restaurar as taxas de lucro (MOTA, 2019, p. 2).

Na narrativa de Maria também encontramos aspectos ligados a experiências profissionais anteriores ao empreendedorismo na medida em que a participante já atuou com elaboração de plano de negócios para empreendedores quando atuava em um escritório de contabilidade e como professora universitária em disciplinas relacionados ao empreendedorismo. Nesse aspecto de aproveitamento de experiências profissionais anteriores a narrativa de Maria se aproxima à narrativa de outro participante aqui chamado de Paulo e, ao mesmo tempo, se diferencia na medida que ele continua atuando em sua profissão original e o empreendedorismo funciona como uma segunda renda:

*Eu sempre tive e ainda tenho uma **atividade paralela**, como eu comentei contigo no início da conversa. **Eu tento ter outra atividade que é comercial também**, mas não tem relação nenhuma com esses produtos que a gente vende. E aí vou tentando apoiá-la, digamos assim, para manter minimamente as contas da casa e investir os recursos do negócio para que ele nasça (Paulo, grifos nossos).*

A narrativa de Paulo evidencia o aspecto de “negócio familiar” pelo qual o empreendedorismo entra em sua trajetória familiar, pois o negócio é conduzido por ele em conjunto com a esposa, e a formação do negócio representa um projeto conjunto:

*Na verdade, **eu tenho uma carreira que vem de área comercial de varejo**, de algumas empresas em que eu trabalhei no varejo, sempre trabalhando na área comercial. E minha esposa acabou desenvolvendo a atividade dela na formação de farmacêutica. Depois, ela foi fazer uma Pós-Graduação em Cosméticos e acabou indo até o Mestrado e um Doutorado em produtos naturais. **E aí, em um determinado momento, a gente decidiu tentar reunir essas duas experiências, ela na parte da criação, então, de produtos e formulações e eu tentar apoiá-la no processo de vendas. E aí nasceu a XXXXX, que é uma indústria de cosméticos.** (Paulo, grifos nossos).*

O participante João também aponta para a configuração de negócio de família:

*[...] A família toda, até as crianças aqui, esses equipamentos fazem parte das nossas vidas. São diferentes, não são comuns. Então, praticamente a família toda é envolvida. A nossa filha trabalha lá na recepção, atendendo. É um **negócio familiar**, praticamente, quase a totalidade. (João, grifos nossos).*

Outra similaridade na narrativa de João com relação a Paulo é o fato de o negócio ser uma segunda ocupação/renda.

A narrativa de João traz como singularidade o fato de a trajetória para o empreendedorismo ser ocasional partindo de um interesse pessoal por tecnologia e por uma sugestão de um amigo para “profissionalizar” aqueles serviços que já fazia informalmente:

*Eu, desde jovem, sempre gostei da tecnologia e sempre fui muito envolvido com a parte tecnológica. Desde jovem trabalhei, estudei sobre eletrônica, a parte das exatas. E sempre fui muito envolvido nessa parte. A gente trabalha com uma marca específica hoje, é uma marca só que tem no mercado e, desde dois mil e seis, eu vinha sendo usuário desse produto. E queria saber como que funcionava. Eram computadores, na época. Em dois mil e oito, surgiu o primeiro smartphone que eles lançaram. E as pessoas se comunicavam, falavam. **Eu trabalhava em uma empresa grande, na Embraer**. E as pessoas sabiam que eu fazia reparo nesse tipo de equipamento. E nisso foi um amigo nosso que trabalhou na Globo, era músico lá, ele falou para mim: **“Por que você não abre uma loja para fazer reparos desses equipamentos? Porque a gente vem a tua casa para você arrumar para gente. Você coloca na loja e você pode ter um faturamento maior”** (João, grifos nossos).*

João menciona, assim como a Maria, uma formação técnica anterior adquirida em um curso de Gestão Empresarial que segundo ele foi de suma importância na montagem no negócio, principalmente no que se refere ao plano de negócios da empresa nascente.

Como observamos até aqui os entrevistados não associam as motivações ao empreendedorismo com as condições de trabalho no mercado formal, ou seja, nenhum deles entende que o discurso do empreendedorismo se vincula ao projeto de retomada da acumulação capitalista que tem no desemprego estrutural um de seus pilares, logo, tal discurso possui uma base ideológica. Os entrevistados, portanto, não entendem o empreendedorismo como

Uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardil engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados. (TAVARES, 2018, p. 110)

Evidentemente, é possível observar que as trajetórias têm pontos de congruência, mas as vivências dos sujeitos são diferenciadas, o que nos leva a entender que as motivações e até

mesmo as justificativas à adesão ao empreendedorismo é multicausal perpassada por diferenças nas formas de compreender a realidade.

A Figura 11 apresenta um mapa mental que expressa a síntese das discussões realizadas até aqui sobre “empreendedorismo” que é o tema central ao qual estão ligadas as demais marcas identitárias, marcantes na trajetória pessoal e profissional, que são “recortes” das falas dos participantes e da literatura em consonância com a técnica de triangulação de análise.

Figura 11: Mapa Mental 1



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A seguir iremos tratar das experiências dos entrevistados com o Banco do Povo.

4.2. Experiência com o Banco do Povo Paulista

Aos participantes da pesquisa também foi solicitado que narrassem suas experiências com o BPP, e, nessa direção pudemos observar que as narrativas apontam para convergências e divergências. A exemplo de convergências, todos os participantes trouxeram em suas reflexões impressões quanto a diferença observada em relação aos bancos comuns de varejo, talvez pelo aspecto mencionado na revisão de literatura, do distanciamento dos bancos tradicionais das camadas mais baixas da sociedade.

Note-se que alguns dos sujeitos entrevistados são bancarizados em sua vida particular (pessoa física) mas, que no momento que resolvem empreender a empresa em formação passa a ocupar a última camada de interesse dos bancos tradicionais e o atendimento aos empreendedores iniciantes, principalmente no que se refere a assistência creditícia, é renegado ou negligenciado

José, por exemplo menciona sua incredulidade com a atuação do BPP ao qual inclusive nomina como “qualquer um” no período de pré-conhecimento:

Olha eu não acreditava no Banco do Povo, eu achava que era qualquer um, os juros e tal, eu achava que era qualquer um. E a minha filha, através dela, ela veio trabalhar comigo e simplesmente ela estava no ônibus e duas mulheres falando: “Ah, eu precisei de dinheiro”. Aí a outra falou: “Ah, o Banco do Povo, os juros são menores”. E, na época, eu estava precisando mesmo, eu estava com o meu cartão de crédito... estava estourando. Tudo bem. Passou um dia, dois, três, ela de novo bateu na tecla do Banco do Povo. Eu disse: “Banco é qualquer um, XXXX (filha), qualquer um. Não vou acreditar nisso, os juros estão altos. Cheque especial está estourando”. Ela disse: “Mas vamos lá, pai”. Nós saímos procurando, nem sabíamos onde ficava esse Banco do Povo. (José, grifos nossos).

Os demais participantes também fizeram considerações comparativas sobre o BPP e os bancos tradicionais. Tanto João como Maria enfatizam a questão da taxa de juros mais baixas e atrativas do BPP. Já Paulo pondera a questão de que em uma oportunidade não foi atendido ao procurar os bancos tradicionais, fato que ele atribui ao tamanho da sua empresa e ainda pondera que tem “vergonha” de apresentar algum pleito para os bancos tradicionais:

[...] É que pegando... o dinheiro, pegando pelos bancos tradicionais, a gente tem um encargo maior. Isso aí é fato. O banco precisa sobreviver também, tem funcionários, tudo. E o Banco do Povo, eu vejo que é uma ajuda do Governo do Estado e a Prefeitura que estão dando para os microempreendedores poderem evoluir. (João, grifos nossos)

Então, eu busquei o Banco do Povo e não banco tradicional pela questão das taxas de juros, unicamente por isso, porque o que me pediram no Banco do Povo, assim, de requisitos era praticamente o mesmo que me pediram no banco normal. Só que eu queria taxa de juros menor, com certeza. Por isso que eu busquei o Banco do Povo. (Maria, grifos nossos).

E aí cada vez mais opções de você contrair empréstimos normais, digamos assim, alguns, inclusive, envolvendo garantia. E aí também quando a conversa vinha para níveis de faturamento da XXXXX, também era muito desanimador, porque nós não éramos uma grande empresa. Então, a gente tinha faturamentos de um MEI. E aí, com esse faturamento, o próprio processo não fluía, não encaixava e não deu. Aí eu acabei desistindo de fazer esse trabalho. Fui a mais de um banco, na verdade. Desisti, porque, em alguns momentos, envolviam garantias e tudo mais e refinanciar automóvel e tal. A gente desanimou, não comprou equipamento [...], mas eu tenho vergonha de sentar na frente do gerente de um Banco XXXX, de um Banco XXXX, de um Banco XXXX e mostrar o meu faturamento e dizer que eu estou atrás de recursos para empreender. Lá no Banco do Povo, não. Eles já dizem de cara: “Nós vamos conseguir. O que você precisa?” (Paulo grifos nossos).

Alguns aspectos chamam atenção nas falas dos participantes transcritas acima: João por exemplo fala no Banco do Povo como uma “ajuda do Governo do Estado”, o que demonstra claramente que o participante não identifica o BPP como uma política pública de fomento à geração de renda e, sim como uma visão de “ajuda”.

Essa visão da política pública como uma ajuda ou a simples não identificação das atividades do BPP como uma política pública também estiveram presentes em outras falas.

Paulo por exemplo disse ter “vergonha” em apresentar seu negócio para um “banco tradicional”, mas não teve esse sentimento ao apresentá-la ao BPP, entretanto, apesar de fazer essa comparação, não identifica a atuação do BPP como política pública.

A identificação das políticas de Estado em uma visão de ajuda é um problema histórico do Brasil, pois conforme esclarece-nos, Brettas (2017, p. 58) “A constituição das bases da política social brasileira se dá neste terreno permeado de contradições, de modo que a luta pela garantia de direitos se afirma no bojo da cultura do favor e do coronelismo”, ou seja, ao invés da cultura dos direitos, tem-se incorporada à cultura do favor ou da ajuda.

O texto da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, aponta para um direcionamento do Estado no atendimento das demandas sociais.

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88), sob o calor das lutas que impulsionaram o processo de redemocratização, foi possível registrar um conjunto de definições institucionais que – apesar de seus limites e contradições – apontava para um redirecionamento das políticas sociais. O texto constitucional expressa uma demanda da classe trabalhadora organizada e sua disposição para dar um salto em direção à ruptura com a cultura da tutela e da ajuda. Ele aponta para a garantia dos direitos sociais por meio de uma política de Estado pautada em princípios como a universalidade e a isonomia (BRETTAS, 2017, p. 59).

O texto constitucional “abre caminho” para implantação de uma política social efetiva, contudo, é importante ressaltar que o seu sentido é de uma “abertura de caminho” pois a sua implantação efetiva depende de uma legislação complementar e mais do que isso, depende de condições: históricas, políticas e até da luta de classes que conforme falamos a pouco parece ser desfavorecida no contexto da cultura empreendedora.

Outro aspecto interessante a se ponderar nas falas acima é a questão dos requisitos para a liberalização de recursos: a participante Maria, por exemplo, pondera “*era praticamente o mesmo que me pediram no banco normal*” Essa fala nos chama atenção por dois aspectos, primeiro pela questão da falta de identificação do BPP como política pública, pois trata-se de microcrédito do BPP que se constitui uma política pública do Governo do Estado de São Paulo cujas condições de concessão e os requisitos solicitados jamais poderiam ser iguais (ou ainda “parecidas”) aos dos bancos tradicionais. O segundo aspecto a ser observado nessa questão é que no desenvolvimento do microcrédito na experiência do professor Yunus (2006) a questão fundamental era o desenvolvimento de uma metodologia que se diferenciava dos bancos comuns. Sob esse aspecto notamos que as adaptações dessa metodologia como a do BPP, por

exemplo alteram em alguns aspectos a metodologia do Banco *Grammen* transformando-a em uma nova versão, adaptada à realidade local, como por exemplo a questão do “aval solidário” desenvolvida no GB de Yunus que não é utilizada no BPP.

Outros aspectos são marcantes na atuação do BPP os quais podem ser observados nas narrativas, como por exemplo, o fato de o primeiro contato com o banco ter sido por meio de alguma indicação. Esse fato diferencia a atuação do Banco do Povo com relação aos bancos tradicionais os quais fazem *marketing* intenso e estão entre os maiores anunciantes do Brasil em vários veículos de comunicação. Isso implica dizer que os usuários do BPP o indicam para outras pessoas dado às formas como são acolhidos no banco.

Os participantes fizeram também ponderações com relação às exigências do BPP aos tomadores. Como vimos na revisão de literatura, o método do microcrédito se desenvolve no enfrentamento de barreiras ao fornecimento de crédito aos micro empreendimentos na medida em que, geralmente não conseguem cumprir as exigências dos bancos tradicionais, seja com relação a documentação, seja pela exigência de garantias. Novamente aqui os participantes colocam questões comparativas entre os bancos tradicionais e o BPP, tais como mencionados a pouco. Seguem algumas impressões dos participantes com relação às exigências:

Mas o complicado é simples. O complicado está no simples. Você está com os seus papéis, seus documentos que o Banco do Povo pediu. Ótimo. Se aquilo ali foi aprovado, acabou. Então, você tem que estar limpo, é só isso. (José, grifos nossos)

Olha, pelo valor, assim, é criterioso. E deve ser, até porque... não sei se é a palavra certa. Eu vou emprestar um dinheiro para alguém, eu preciso saber quem vai emprestar, se vai conseguir repassar, pagar a conta depois. E eu acredito que foi, assim, que nem um banco... tiveram um pouco mais de exigências, mas não foram tão problemáticas para a gente conseguir o empréstimo, não. (João, grifos nossos).

E aí a pergunta, aquela pergunta principal: “O que vocês pedem ou precisam de garantia?” E aí veio a resposta que era um aval que eles precisavam, ou seja, eles precisavam de um fiador do processo e nada mais. Então, eu saí de lá, conversei com um colega que teria condição de dar esse aval para a gente. Eles já mandaram o contrato. E tudo fluiu muito, muito tranquilamente, tanto nos processos, ou seja, muito menos burocrático de você ir atrás de um BNDES, por exemplo, e muito mais incentivador, porque essa palavra faz muita diferença para quem é pequeno, sabe? (Paulo, grifos nossos).

Essas ponderações dos usuários também nos trazem a questão de que as atividades de microcrédito do BPP mesmo se configurando como uma política social se encontram submetidas a aspectos econômicos. Isso porque, após a Constituição de 1988 conforme

ponderado por Brettas na medida em que “A base da reconfiguração das políticas sociais está, portanto, na formulação de programas e projetos em consonância com as mudanças no padrão de reprodução do capital pautado na hegemonia das finanças” (BRETTAS, 2017, p. 58). A participante Maria vai na mesma linha, porém ressalta que talvez a “facilidade” por ela encontrada se deva a alguns fatores pessoais que ela possui:

Eu achei que, para mim, foi muito fácil, saiu muito rápido, mas eu não sei se seria assim para todo mundo que busca, porque, tipo, tinha fiador. Eu sou casada, a gente tem uma renda familiar relativamente boa. E tinha um fiador com bom recurso também que eu acho que é o que falta para muita gente. (Maria, grifos nossos)

Nas ponderações da participante Maria ao falar das “facilidades” na concessão por atributos pessoais, ou seja, requisitos individuais aos quais podemos fazer um paralelo com o chamado “perfil empreendedor” pois, novamente aqui observamos que um fator pessoal pré-existente influenciando no “sucesso” do empreendimento “desmistificando” assim o senso comum de que todos podem desenvolver essa característica empreendedora partindo do mesmo ponto. Mais do que isso, observamos que a preponderância de uma condição individual aproxima o BPP aos bancos tradicionais.

Os participantes João, Paulo e Maria mencionaram que os recursos iniciais para abertura de seus negócios foram recursos próprios, nenhum deles mencionou já dispor de outros financiamentos tradicionais quando conheceram o BPP.

José, entretanto, apontou a questão de que no momento que chegou ao BPP já estava exposto a outros tipos de financiamento com condições não favoráveis. Segundo ele naquele momento utilizava o seu “cheque-especial” para financiar as atividades da empresa, ou seja, esse recurso era usado como um capital de giro da empresa. Situação essa análoga a situação encontrada pelo professor *Yunus*, conforme trouxemos na revisão de literatura. Esse fato chama atenção para o estágio de “financeirização” que se encontra o capitalismo, sobretudo no Brasil no qual o esforço de inclusão bancária se deu no contexto neoliberal na medida em que a população em geral é submetida a uma das mais altas taxas de juros do mundo, favorecendo em consequência, o capital rentista. Mesmo no contexto atual de redução da taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia⁵ (SELIC) observamos que essa “redução” não chega às camadas menos favorecidas da sociedade.

⁵ O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) foi criado em 14 de novembro de 1979. Trata-se de um sistema informatizado destinado ao registro, custódia e liquidação de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. A taxa formada no âmbito deste sistema é denominada Taxa Selic, sendo uma balizadora das demais taxas do mercado financeiro. (Banco Central do Brasil)

O desenvolvimento das políticas sociais no Brasil a partir da década de 1990 se dá não só em um contexto de implementação das diretrizes da Constituição de 1988, mas também no contexto de implementação de políticas Neoliberais que impõe uma política econômica pautada no ajuste fiscal (BRETTAS, 2017).

Para Brettas (2017, p. 66) as classes dominantes impõem a ideia de que os recursos públicos são insuficientes para as políticas sociais que deveriam ser implantadas, sendo assim o surgimento de uma rede de proteção social fica submetido a três eixos fundamentais, que são: que os recursos públicos deveriam ter como prioridade o pagamento da dívida pública, a busca de amparo fora do aparato estatal para a proteção social e, por fim, a financeirização das políticas sociais como um caminho para a implementação de todas as políticas públicas.

Poderíamos citar aqui diversos exemplos dessa financeirização das políticas sociais desde a década de 90 até agora, para ilustrar e ficarmos em um caso mais recente poderíamos citar o “auxílio emergencial”, que é o programa do governo federal de transferência de renda para o enfrentamento da crise econômica causada (ou agravada) pela pandemia de COVID-19, o auxílio a exemplo de outros programas se utilizou de “canais bancários” para chegada ao público final, novamente aqui favorecendo os bancos que tiveram a possibilidade de operar esses valores e ainda com isso promoverem a inclusão de mais usuários em seus produtos e serviços ampliando e consolidando sua base de clientes. A solução de uma “emergência social” via “auxílio-emergencial” é bastante semelhante a solução do “bolsa-família” o que torna bastante atual a ponderação de Brettas feita com relação ao bolsa-família:

Foi possível, portanto, ao mesmo tempo, elevar a Assistência Social ao status de política social – já que até a Constituição, as ações eram, em geral, pautadas na filantropia e no corporativismo –, mas ao mesmo tempo, garantir que ela funcionasse de modo a alimentar o capital portador de juros ao permitir a canalização de recursos do fundo público e de famílias de baixa renda em sua direção. Estes programas de transferência de renda não se limitam à política de Assistência e, apesar dos benefícios terem valores muito baixos, representam montantes expressivos no seu conjunto (BRETTAS, 2017, p. 68).

Com esse panorama traçado podemos afirmar que a política pública representada pelo BPP é apontada como solução dentro do processo de financeirização das políticas sociais que atendem aos três eixos de Brettas (2017) conforme acima citado.

É importante também ponderar um aspecto positivo do BPP como política pública, pois pelo menos no que tange à questão do custo, ou seja, no que se refere às taxas de juros este atua com taxas abaixo daquelas praticadas no mercado e pelo menos nesse aspecto, se diferencia dos bancos tradicionais administrados pela lógica rentista.

As questões acima citadas nas quais os entrevistados vêem o BPP como uma “ajuda” do governo de SP, comparação com os bancos tradicionais, exigências parecidas com os bancos tradicionais, financeirização, custo abaixo de mercado- demonstram que os participantes têm dificuldade ou simplesmente não identificam o Banco como uma política pública. Contudo, podemos classificar a política de microcrédito conduzido pelo BPP como uma política pública do Estado de São Paulo.

O microcrédito é, portanto, uma política pública na medida em que “o seu foco é tratar de problemas públicos, e seus objetivos estão relacionados à redução da pobreza, ao aumento da renda e à geração de emprego” (MANIGLIA, 2019, p. 34). Cabe ressaltar também que o BPP foi criado e é mantido pelo governo de São Paulo, mas que o funcionamento de cada agência espalhada pelo estado necessita de uma parceria com as prefeituras.

Dessa maneira podemos dizer que o microcrédito do BPP é uma política pública local e que depende da vontade política local. “Deve-se ressaltar que a vontade política é uma forte condição para implementar programas sociais, principalmente porque há forças políticas divergentes e fortes restrições na capacidade de gestão e de gastos dos governos locais” (CAVALCANTE, 2002, p. 31).

A seguir na Figura 12, trazemos o “Mapa Mental 2” com os conceitos depreendidos das falas dos participantes, ponderamos que nos apontamentos do canto esquerdo temos o que parece dar uma sequência de fatos correlatos, ou seja, no momento que os participantes visualizam os financiamentos como “ajuda do governo” não o identificam como “política pública” ficando assim ainda mais sujeitos à centralidade dos “aspectos econômicos” que levam ao processo de “financeirização” das políticas sociais. Os demais apontamentos a direita do mapa são também aspectos marcantes na fala dos participantes e colocadas de maneira esquemática novamente demonstram a técnica de triangulação utilizada na análise.

Figura 12: Mapa Mental 2



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

4.3. Resultados obtidos com os recursos do Banco do Povo Paulista

Ao perguntarmos sobre os resultados obtidos com os recursos do Banco do Povo Paulista os entrevistados apontaram para vantagens obtidas para ampliação do negócio e a compra de matéria-prima, sobretudo no que se refere às taxas de juros e prazos para o início do pagamento das parcelas.

Segundo as regras do BPP os recursos liberados podem ser usados para dois fins distintos e definidos antes da operação de crédito, são eles: capital de giro e investimento fixo. Nas duas modalidades a comprovação do uso do crédito para o fim determinado precisa ser comprovada em até 60 dias. No caso do investimento fixo, por exemplo, os agentes vão até o local de funcionamento do negócio para fotografar o bem adquirido (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

O entendimento dessa regra se fez necessário no processamento das entrevistas pois em um primeiro momento as respostas obtidas para o questionamento sobre os resultados foram bem pragmáticas e ligadas a comprovação do uso conforme estabelece o manual.

Em um primeiro momento o participante José, por exemplo, foi bem pragmático e mencionou até mesmo o tipo de matéria prima adquirida com o primeiro empréstimo. Já em relação ao segundo empréstimo mencionou que o galpão onde funcionava a empresa fora construído com aqueles recursos.

José deixou em diversos momentos evidências dos resultados obtidos, por exemplo, na compra de matéria prima, comprada com o primeiro empréstimo e o quanto pode aumentar o nível de compra, além de hoje comprar a matéria prima diretamente do fabricante e não mais de atacadistas como no começo. O galpão local onde foi realizada a entrevista e onde funciona a empresa fica nos fundos da casa de José e é perceptível o orgulho que expressa pela construção do galpão e aquisição de cada máquina, sentimento que se resume na frase: *“eu consegui vir aqui para cima, através do Banco do Povo.”* (José).

O valor concedido no caso de João permitiu ganhos financeiros diretos, pois como ponderado por ele o valor permitiu a compra dos novos equipamentos “a vista” possibilitando desconto com o fornecedor, com isso ele reflete que: “*o dinheiro tem que se multiplicar, a gente tem que tentar multiplica-lo, de uma maneira, negociando com o fornecedor*” (JOÃO), ou seja, para usuário além da produtividade trazida pelos novos equipamentos a questão do ganho financeiro também é trazida como aspecto preponderante na mensuração dos resultados.

Na narrativa de João por exemplo uma singularidade interessante com relação aos resultados pode ser observada que foi a questão da regularidade das contas diversas e de impostos, segundo ele o empréstimo demorou um pouco mais para sair devido a uma restrição cadastral que foi solucionada permitindo a operação e que a partir de então estão mais vigilantes com os prazos de pagamento e estão acompanhando com o apoio do contador permanentemente a situação fiscal da empresa.

O participante Paulo foi bastante direto quanto aos resultados, inclusive concluindo que o recurso deixou a empresa “preparada para o crescimento”

Totalmente porque o nosso recurso não foi, por exemplo, para capital de giro. Ele foi exatamente para ampliar e estruturar o negócio. Onde eu estou hoje, para crescer, mesmo que viessem vendas, clientes e tudo mais, a gente ia ter problema, como já teve, em alguns momentos, de falta de espaço mesmo para armazenar matéria-prima, embalagens, depois o produto pronto. E o próprio trânsito de funcionários que o processo de produção impõe estava ficando impossível. Então, esse recurso vai nos permitir ampliar a nossa capacidade produtiva. E, sinceramente, deixar a empresa estruturada para o crescimento. (Paulo, grifos nossos).

A participante Maria também ponderou o uso dos recursos para melhores compras junto aos fornecedores, mas também ponderou que o empréstimo obtido vai ajudar o negócio a crescer:

Olha, teve um nível de importância total, assim, porque as parcelas, o parcelamento... além da taxa de juros ser boa, a parcela é muito baixa, e você paga a primeira parcela sessenta dias depois. Então, quando você começa a pagar a parcela, você já tem... já está rodando o dinheiro. Já está girando. É diferente. Qualquer outro empréstimo que você pega hoje, ou gasta no cartão de crédito, você paga hoje e no outro mês já tem que pagar. Então, depois de sessenta dias você paga a primeira parcela. Então, é um alívio total. E qual é a minha pretensão? Concluir esse... terminar esse empréstimo. E, quando você termina, você pode pegar outro num valor maior para ampliação mesmo. Talvez aumentar o mix de produtos. Hoje eu vendo só moda. Posso vender moda e acessório moda e sapatos. E a minha ideia é ser cliente sempre. Agora estou fazendo empréstimo até para [EPP]⁶,

⁶ EPP – Empresa de Pequeno Porte: é uma pessoa jurídica com receita bruta anual entre 360 mil e 4,8 milhões de reais conforme Lei Complementar nº. 123 de 2006.

*que eu estou no meio. Meu plano no próximo ano é sair do MEI*⁷. (Maria, grifos nossos).

As duas questões trazidas pelos participantes tanto no que se refere ao ganho financeiro de João ou ainda com a perspectiva de crescimento de Paulo e Maria nos remetem a questões de como a “cultura empreendedora” e a consequente desmobilização da classe trabalhadora faz com que o empreendedor assuma o “papel” de empresário e não perceba o quanto está subordinado ao grande capital.

A atividade empreendedora, mais que força de trabalho, requer outros recursos. Por isso, para investir conhecimento, dinheiro e tempo, o sujeito empreendedor precisa estar convencido de que a mudança de classe social é algo ao menos razoável. O empreendedor deve sentir-se mais próximo do capital e mais distante do trabalho, muito embora a prática negue tal pretensão. Contudo, enquanto a realidade permitir ao empreendedor ignorar ou acatar a condição de subordinação que lhe é imposta, ele assumirá o discurso engendrado pela relação dominante (TAVARES, 2018, p.113).

Esse “incentivo” a cultura empreendedora e a transformação do trabalho informal antes sinônimo de atraso e agora sinônimo de modernidade só foi possível, segundo Tavares (2018), com o apoio do Estado em uma aliança Estado-capital que possibilitou o que a autora nomina de “grande descoberta” que nada mais é do que a transformação do trabalhador em empresa.

Outra questão advinda dessa relação de subordinação ao grande capital que os empreendedores se encontram está na perspectiva de crescimento das empresas, pois é evidente que o objetivo de todo empreendedor é que seu negócio cresça e ele se torne um empresário de sucesso, essa imagem criada e a todo tempo reforçada pela cultura empreendedora criam uma falsa impressão de que existe realmente uma possibilidade de crescimento indiscriminada e que não existe limites para esse crescimento.

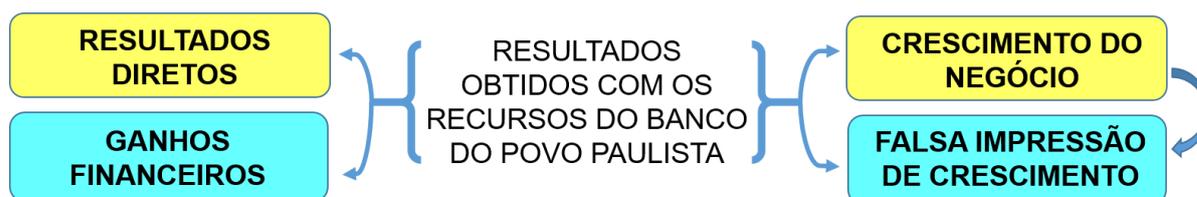
Tavares (2018, p. 119) ressalta que as pequenas empresas podem ser na verdade meros “departamentos da grande empresa” em uma engrenagem onde o controle das atividades produtivas permanecem sob o controle do capital. A relação de desigualdade de condições é enorme visto que as pequenas empresas assim como as grandes estão sujeitas as determinações do mercado, mas tem muito menos força de enfrentamento às sanções impostas. A estratégia empreendedora é nada mais que importante e efetiva tática do capital para se apropriar de todo o tempo do sujeito só que agora por uma diferente via, ou seja, pela via do “convencimento” (TAVARES, 2018).

⁷ Microempreendedor individual

Essa “cultura empreendedora” reconhecida nas narrativas dos participantes, ainda que intuitivamente, parece ser um fato marcante nas pessoas que optam por terem seu próprio negócio de maneira que faz parecer que essa “vontade” de alguma maneira sempre esteve ali sem qualquer influência externa ocultando toda estratégia do grande capital. Percepções parecidas aparecem em outras pesquisas, como por exemplo em Silva (2011) ao pesquisar mulheres empreendedoras pondera que: “a condição de empreendedora é reconhecida pelas entrevistadas como algo que já faz parte dela. Como se o fenômeno de empreender aflorasse sem qualquer influência externa” (SILVA, 2011, p. 54).

A seguir na Figura 11, traz o Mapa Mental 3 com os principais apontamentos debatidos no tópico acima, ressaltamos novamente a ênfase dada aos participantes para os “resultados diretos” com os empréstimos sobretudo com ênfase em possíveis “ganhos financeiros”.

Figura 13: Mapa Mental 3



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A Figura 13 ainda reflete uma ponderação acerca do “crescimento do negócio” que por sua vez, concluímos com base na literatura estudada, significa uma “falsa impressão de crescimento”.

4.4. Avaliação do Banco do Povo Paulista

A avaliação do BPP foi positiva em todas as narrativas, inclusive com o uso de adjetivos como “amigo” e “parceiro”.

O participante José por exemplo fez vários “elogios” ao BPP, tais como:

Então, hoje eu trato o Banco do Povo como um amigo, não trato como Banco do Povo, certo? Porque amigo é que, quando você precisa, você vai à casa dele e ele vai te servir. (José).

Então, o Banco do Povo é um parceiro. Para mim, é um parceiro, é um amigo. Não tem essa de dizer: “Não, é igual aos outros bancos.” (José)

Como já mencionado anteriormente os participantes da pesquisa não compreendem o Banco do Povo como uma política pública, estabelecendo com o banco uma relação quase que familiar.

Tal forma de compreender o banco remetem às dimensões histórico-culturais do nosso país na medida inscritas no campo da “amizade”, “familiaridade” ou “proximidade” as quais se sobrepõem à dimensão do direito e da cidadania.

A respeito dessa dimensão da cultura brasileira relembramos o quanto o favor e o clientelismo foram mediações fundantes em nossa sociabilidade.

Cabe ainda lembrar sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil no capítulo em que discute O Homem Cordial, publicada em 1936 na qual o autor traz as características desse homem que se relaciona, sobretudo, a partir de laços de proximidade, familiaridade e cordialidade, visando proteger sua família e interesses. No que tange a cordialidade Buarque a compreende como a capacidade de o brasileiro agir com o coração e não com a razão.

A intimidade é outra característica apontada por Buarque porque por meio dela o vendedor, por exemplo, para conquistar seus clientes, precisa fazer de sua clientela seus amigos, fato evidenciado pelos entrevistados em tela. Nesse sentido, o autor demonstra que o capitalismo à brasileira não se implementou com as mesmas características do que nos países cêntricos, visto que aqui, a impessoalidade exigida por esse sistema, não encontrou espaço, ao contrário.

A outra dimensão posta nessa questão se refere à ausência da perspectiva do direito que se fez pálida entre nós, pois aqui o “o favor atravessou o conjunto da existência nacional nas relações entre os homens livres” (IAMAMOTO, 2008, p. 33), tornando-se quase que uma mediação universal (SCHWARZ, 1981)

Conforme Iamamoto (2008, p. 33) a ideologia do favor traz nela a subordinação, o arbítrio, os serviços pessoais. Nessa perspectiva, o “favorecido engrandece a si e a seu benfeitor, havendo uma compensação simbólica: só é favorecido, porque não é escravo”. A autora quer com isso dizer que as condições históricas da nossa formação social, forjou um modo de ser do brasileiro no qual o favor e a cumplicidade tornam-se vantajosos para os envolvidos e, esse processo, apesar das inúmeras mudanças ocorridas em nossa sociedade, se reatualizam, impediram e ainda impedem a efetivação dos direitos.

Assim, podemos compreender que as percepções dos usuários do BPP são permeadas por essas contradições históricas de nossa sociabilidade que ainda hoje distorcem a perspectiva do direito.

Os outros participantes também foram na mesma linha tecendo elogios quanto à atuação do BPP, o que chama atenção é que embora dependam de um convênio estadual, as unidades do banco funcionam independente em cada cidade, ainda sim as “avaliações” das duas unidades do banco pesquisadas foram positivas.

Pelo convênio a estrutura física que abriga a sede local do BPP é de responsabilidade da prefeitura municipal e nessa direção, notamos que a estrutura disponível em uma das cidades é bastante razoável com boas e novas instalações e aparentemente bons equipamentos. Na outra cidade, a estrutura precisa de melhorias físicas no local de funcionamento e de equipamentos e mobiliários novos. O interessante em se pensar na estrutura física, que essa é notadamente uma preocupação dos bancos tradicionais, é que não foi sequer uma vez citada nas entrevistas realizadas, seja positiva ou negativamente. Mesmo com relação ao município que dispõe de uma estrutura mais precária a percepção dos usuários foi de um bom atendimento e acolhida.

O fato de a estrutura física e suas eventuais deficiências não aparecerem nas respostas como um fator relevante, pode estar amparada na metodologia do microcrédito, principalmente no que se refere às funções do agente de crédito que no seu dia a dia visita o cliente para análise dos negócios e verificação da aplicação dos recursos. Essa proximidade de campo do agente é radicalmente seguida pelo Banco *Grameen* de *Yunus* (2006), segundo ele: “na inauguração do banco afixamos em todas as nossas agências esta advertência: ‘A presença na agência de qualquer membro da equipe será considerada uma violação das regras do Banco *Grameen*’” (YUNUS, 2006, p. 151).

Seguem algumas percepções dos participantes:

Eles deram muita atenção para gente. O pessoal lá, o supervisor, o XXXXX deram uma atenção muito boa. E a gente sabe que não foi só com a gente. Com outro lojista lá do shopping também o atenderam muito bem. Então, foi uma impressão muito boa que a gente teve. (João, grifos nossos).

[...] Totalmente positivo. E aí não só na parte numérica. “A taxa de juros deles é mais atrativa do que de um banco de varejo”. Isso é óbvio que foi. Não é só na parte numérica, é na parte do acolhimento e do incentivo, da falta de burocracia. (Paulo, grifos nossos).

A participante Maria relatou inclusive que já deu uma entrevista para a rede de televisão local para falar sobre o BPP e sua importância no momento de crise:

Eles estavam fazendo uma matéria sobre o Banco do Povo como alternativa para empresários saírem dessa crise e tal. Daí eles vieram aqui, a gente fez até uma matéria sobre isso. (Maria).

Assim, destacamos na fala de Paulo a questão da “falta de burocracia” novamente aqui a questão é tratada pelo participante em comparação aos bancos tradicionais, ao ouvir essas e outras falas dos participantes e ao analisar os requisitos para os tomadores trazidos na revisão de literatura compreendemos que a questão da falta de burocracia está concentrada mais no sentido destacado na fala de João “eles deram muita atenção para gente”, ou seja, o BPP tem sim exigências que precisam ser atendidas para a concessão (como a apresentação de fiador sem restrições cadastrais, por exemplo) e tem também um processo “burocrático” semelhante aos bancos tradicionais, porém a diferença percebida positivamente pelos usuários está na assistência prestada pelo BPP para transposição dessas barreiras e não na ausência da burocracia.

Também destacamos que as entrevistas foram feitas com usuários do BPP de duas cidades e que como a estrutura do BPP depende de muitas características locais é possível que essa percepção seja diferente em cada cidade uma vez que não existe uma busca pela uniformidade do atendimento.

Depreende-se aqui que a política pública do microcrédito fornecida pelo BPP é permeada por relações burocráticas.

Tragtenberg (2006) ao tratar sobre o tema da burocracia indica que os estudiosos da sociologia das organizações têm em *Weber* o ponto central da análise burocrática.

O que significa burocracia para Weber? A burocracia para ele é um tipo de poder. Burocracia é igual a organização. É um sistema racional em que a divisão do trabalho se dá racionalmente com vista a fins. A ação racional burocrática é a *coerência* da relação entre meios e fins visados.

Assim, para Weber a burocracia implica predomínio do formalismo, da existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical do trabalho e impessoalidade no recrutamento de *quadros* (TRAGTENBERG, 2006, p. 171, grifos do autor).

Essas características burocráticas trazida por Tragtenberg (2006) tais como: formalismo, normas escritas, hierarquia, divisão do trabalho e impessoalidade podem ser encontradas na estrutura do BPP e em cada uma de suas unidades, sendo assim pode se dizer que o BPP é uma estrutura burocrática.

A presença da burocracia no âmbito dos órgãos que conduzem as políticas públicas é justificada por teorias administrativas e sofrem um processo de “naturalização” em uma lógica que “apresenta-se dissimuladamente como justificativa do aparelho burocrático no plano

teórico, enquanto instrumento tecnicamente funcional e eficiente (PERSSON; NETO, 2015, p. 2).

Assim, retomamos a ideia anterior de que a diferença está baseada na assistência fornecida pelo BPP: novamente aqui salientamos que não existe um padrão de atendimento para os agentes públicos que atuam no BPP, mas que as respostas das entrevistas e a literatura existente sugerem que a figura central do “agente de crédito” é profissional responsável por todo o processo de concessão e posteriormente de cobrança.

Yunus (2006) ao descrever os funcionários do BG pondera que: “ao contrário do que ocorre nos bancos comerciais, nossos funcionários são, inicialmente, professores preocupados em levar os financiados a descobrir seu potencial oculto, ampliar seus horizontes, em suma, dar o melhor de si” (YUNUS, 2006, p. 202).

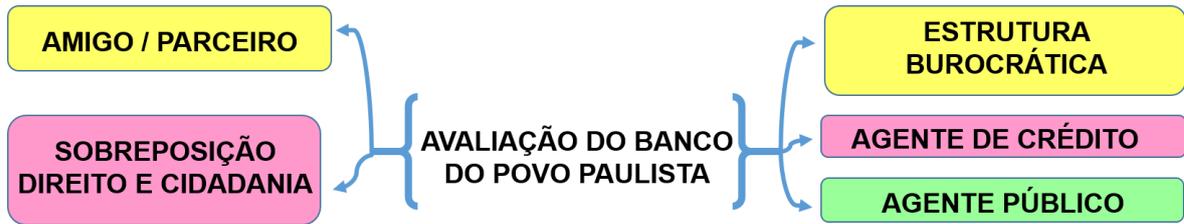
Maniglia (2019, p. 51) classifica o papel do agente do crédito como “fundamental” por ser o elo entre a instituição e o empreendedor. Na mesma linha de centralidade do “agente de crédito”, Jordão (2006) pondera que:

Os agentes de crédito avaliam as necessidades de crédito e condições de pagamento e pedem referência a vizinhos e amigos. Após a concessão do empréstimo, os agentes acompanham a evolução do negócio por meio de capacitação técnico-gerencial do empreendedor e apoio à comercialização, uma vez que a preocupação do programa é com o sucesso do empreendimento (JORDÃO, 2006, p. 65).

Portanto, dada a importância do agente público aqui chamado de “agente de crédito” e da política pública representada pelo microcrédito fornecido pelo BPP por ele conduzida, ponderamos que realmente esse é o fator que faz com que a percepção do processo burocrático de concessão pareça menor ou até inexistente para muitos usuários.

A seguir na Figura 14, traz o Mapa Mental 4 com os principais apontamentos debatidos no tópico acima, ponderamos agora visualmente a questão da visão de proximidade como “amigo e parceiro” sobrepondo importantes aspectos de direito e cidadania. Também fica visual a transposição de “amarras” burocráticas pelos “agentes de crédito” bem como sua importância no processo ressaltando o papel do “agente público.

Figura 14: Mapa Mental 4



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Por fim, após essa discussão acerca da avaliação do BPP passaremos agora às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que ora concluímos suscitou inúmeros questionamentos acerca dos processos afetos às políticas sociais, sobretudo pelos impactos da agenda neoliberal na vida e trabalho dos trabalhadores no mundo capitalista, com particularidades no Brasil. Tal estratégia integra o conjunto das estratégias do capital para a retomada da acumulação, em razão da crise desencadeada desde o final dos anos 70.

A agenda neoliberal, conforme Dardot e Laval (2016), não se refere apenas a uma ideologia ou um novo modelo político, mas “uma razão de mundo”, transformando as políticas econômicas, reduzindo a intervenção do Estado em algumas áreas, sobretudo as sociais e criando “um modo de governar os sujeitos e as instituições.”

A partir dessa perspectiva, o Estado brasileiro passa por uma contrarreforma (BERHING, 2003), desregulamentando direitos, inclusive os trabalhistas com a precarização acelerada das leis que regulamentam o trabalho de um lado e, de outro, estimulam o empreendedorismo.

No escopo dessa contrarreforma, tem-se o mercado como principal agente de realização da vida humana, ganhando força o discurso do empreendedorismo “enquanto prática incentivadora da organização empresarial entre indivíduos” (PENTEADO; CRUZ JUNIOR, 2020, p. 352), esse passa a ser o comportamento esperado dos trabalhadores em geral, ainda que inúmeras contradições emergjam desse processo, contradições reveladas em nossa pesquisa.

Nesta pesquisa, procuramos elucidar como os recursos liberados pelos BPP bem como suas atividades complementares de assessoria impactam o desenvolvimento dos indivíduos, isso levando em conta suas próprias percepções.

Um aspecto extremamente significativo pode ser destacado em relação ao perfil dos indivíduos atendidos pelo BPP. A proposição trazida no título dessa pesquisa de que o BPP pudesse se um mecanismo de “enfrentamento” da pobreza nos pareceu frustrada.

O sentimento de “frustração” se deve pela observação de que os indivíduos atendidos não estavam em condição de pobreza e que a motivação para entrada do empreendedorismo foram diversas, mas em nenhum dos casos foi a sobrevivência em si.

A metodologia “clássica” desenvolvida pelo professor *Yunus* e pelo seu Banco *Grammen* nos parecem adaptadas e descaracterizadas no BPP. Destacamos por exemplo a questão da exigência do avalista, ou seja, uma pessoa física sem restrições cadastrais e com renda comprovada que pudesse ser fiador da operação de crédito, essa condição em si dificulta

um possível acesso as camadas menos favorecidas que podem ter dificuldades em atender essa condição. Talvez a metodologia de *Yunus*, e de outras experiências de microcrédito, do aval solidário prestado em grupos poderia ser uma resposta a essa questão.

Essa é uma questão bastante importante visto que a financeirização das políticas sociais, conduziu a precária bancarização dos mais pobres na medida em que até então estes estavam excluídos de qualquer acesso aos bancos. A bancarização se deu de maneira precária e sem o necessário processo de educação financeira que culminou com a humilhação de grande parte das camadas menos favorecidas da população estarem hoje com restrições cadastrais e impedidas de acessarem créditos, entre eles inclusive os fornecidos pelo BPP.

Outra questão importante e estrutural do nosso país é a não identificação do microcrédito do BPP como política pública, fato preocupante principalmente quando visto ao lado da questão do não atendimento aos mais pobres, pois o fato da não visualização do caráter público deixa livre o espaço para o uso e direcionamento qualquer que os governos locais queiram dar.

A dificuldade de levantamento de dados quanto à atuação do BPP também é outro fator que preocupa e nos faz refletir se esse é um problema ocasional ou proposital, pois, outras pesquisas apontam para a mesma dificuldade. No momento em que vivemos com amplo uso de ferramentas de digitais e processamento de dados aliado à necessidade constitucional do princípio de publicidade da administração pública, pergunta-se qual o motivo ou porque ainda não existe um banco de dados centralizado das atividades do Banco do Povo que permitam a avaliação da atuação por meio de pesquisas quanti-qualitativas.

Outro apontamento a ser considerado é a questão da divulgação, na medida em que se constatou que os participantes da pesquisa tiveram conhecimento do BPP por “indicação” ou até mesmo “ao acaso”. Essa questão torna-se objeto de reflexão pois se considera a divulgação elemento estratégico a uma política pública. Trata-se de condição *sine qua non* a divulgação transparente das informações para atingir aqueles que necessitam dessa política.

Embora cada unidade do BPP tenha um *link* no *site* das respectivas prefeituras e exista um *site* centralizado do Governo de São Paulo a divulgação ainda pequena. Em alguns eventos promovidos pelas prefeituras ou por órgão como o SEBRAE, o BPP está presente. Contudo questionamos a que público se destina tais eventos e se a população mais pobre tem acesso a eles.

Nas visitas às unidades do banco e conversa com os agentes não foi mencionado em nenhum momento a “falta de recursos” para os empréstimos como um problema a ser

enfrentado, o que nos leva à conclusão de que mais pessoas poderiam ser atendidas talvez se houvesse uma melhor divulgação.

Outra questão que pode ser observada nas visitas é a estruturadas unidades: as duas unidades visitadas têm uma estrutura física muito diferente (sensivelmente melhor em uma que na outra) mas a preocupação levantada aqui é que nenhuma das duas estruturas tanto no que se refere a mão-de-obra quanto a equipamentos, está preparada para aumento no fluxo de usuários e, justamente esse fato, pode ser preponderante e motivo da falta de divulgação. Aqui cabe ainda outra reflexão em relação aos reais motivos da não divulgação visto que há recursos orçamentários e financeiros disponíveis, há pessoas necessitadas desses recursos, pode-se aumentar a estrutura física e de recursos humanos, mas não há vontade política para que essa política atinja os seus objetivos, quais sejam, contribuir com o enfrentamento da pobreza e do desemprego. Sob o argumento da “falta de estrutura” a política não é universalizada.

Ainda no que tange a falta de inclusão dos mais pobres salientamos que não estamos questionando aqui a importância do BPP como política pública e, sim, a capacidade de se universalizar tal política. Finalmente, questionamos o seu real potencial no enfrentamento da pobreza.

Os recursos disponibilizados para os participantes entrevistados tiveram um impacto positivo para o desenvolvimento de seus negócios e para o seu desenvolvimento humano entendido de maneira ampla e isso nos faz pensar como seria importante um processo de universalização dessa política para uma socialização dos impactos positivos. A questão da “falta de estrutura” pode ser inclusive uma das razões pela qual a política não é universalizada e podemos identificar aqui um “filtro” em quem será atendido uma vez que dado a falta de estrutura um aumento no volume de empréstimos teria como “caminho mais fácil” as pessoas com melhores condições de apresentar garantias ou até mesmo conhecimento financeiro prévio que pouparia tempo em orientação.

O trabalho do agente de crédito é de suma importância no processo de concessão, orientação e acompanhamento. Na pesquisa ficou claro esse papel e pode ser comprovado nas visitas, contudo, a questão novamente aqui recai na “falta de estrutura” uma vez que para universalização dessa política pública seria necessário que mais agentes públicos atuassem nesse papel para ampliar o atendimento. Esse fator preocupa dado o momento que se fala em diminuição da máquina estatal.

No que se refere às percepções dos usuários em relação ao Banco do Povo constatou-se que estes não o veem como política pública, reforçando a visão personalista que acompanha historicamente as políticas públicas no Brasil e que no contexto neoliberal tornam focalizadas.

A pesquisa evidenciou algumas das contradições presentes nas relações sociais brasileiras sobretudo no que se refere às formas de enfrentamento das desigualdades sociais, pobreza e desemprego. O trabalho não esgota o tema e aponta lacunas que precisam e podem ser atingidas por futuras pesquisas. Esperamos que a replicação desse trabalho contribua com a reflexão crítica sobre as políticas públicas de maneira geral e em particular sobre o Banco do Povo, para de fato ele se torne do povo.

REFERÊNCIAS

AGHION, B. A.; MORDUCH, J. **The economics of microfinance**. The MIT Press, Massachusetts, EUA, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288 – 306.

ASSUNÇÃO, A. G.; QUEIROZ, F. dos A.; COSTA, R. A. T. **As Variáveis necessidade e oportunidade e as suas Influências na Abertura de Micro e Pequenas empresas: um estudo de campo no centro comercial de Macapá**. Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti, [S.l.], v. 7, n. 10, p. 126-143, ago. 2017. ISSN 2446-6298. Disponível em: <<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/201>>. Acesso em: mar. 2021.

BANCO DO POVO PAULISTA, Disponível em: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>, Acesso em agosto 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em março 2021.

BARBOSA, A. M. e S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em outubro 2020.

BARBOSA, R. N. DE C. Trabalho e Economia Solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, E. M. V; ALMEIDA, C. C. I. de. **Trabalho, Território, Cultura**. Novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, J. A. Teoria e Metodologia – algumas distinções fundamentais entre as duas dimensões, no âmbito das ciências sociais e humanas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, 2013.

BATALHAO, A. C. da. S. et al. **Dimensões do desenvolvimento humano: o caso da região de Ribeirão Preto, SP**. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 237-256, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BRASIL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/bndes-microcredito/historico-atuacao-bndes-microcredito>. Acesso em out.2019.

BEYDA, T. T.; CASADO, R. U. Relações de trabalho no mundo corporativo: possível antecedente do empreendedorismo? **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1066-

1084, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em set. 2020.

BICUDO, M. A. V. (ORG.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil, **Temporalis**, 2017.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral** (1755). Curitiba: Segesta editora, 2002.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lang=pt>. Acesso em mai. 2019.

CAVALCANTE, A. B. **Programa de microcrédito no nível local**: uma alternativa de política pública para ampliar as oportunidades de negócio dos micros e pequenos empreendimentos formais e informais. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/5194>. Acesso em nov. 2020.

CAVALCANTI, C. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em mar. 2021.

CAVALCANTI, C. **Uma tentativa de caracterização da economia ecológica**. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 149-156, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em mar. 2021.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social Capital. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

COAN, M. **Educação para o Empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94847/298002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em ago. 2020.

COSTA, M. M. da. Análise de colaborações entre governo e ONGs e da densidade de ONGs no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 330-347, 2017.

COSTA, A; SARAIVA, L. A. S. Ideologias organizacionais: uma crítica ao discurso empreendedor. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais** v. 1. n. 2, p. 187-211, dez. 2014. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/315176999_IDEOLOGIAS_ORGANIZACIONAIS_UMA_CRITICA_AO_DISCURSO_EMPREENDEDOR. Acesso em ago.2020.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambient. soc.*,

Campinas, v. 7, n. 2, p. 197-202, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Fev. 2021.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EMPLASA. **Sobre a RMVPLN**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>> Acesso em: fev. 2021

ESTADO DE SÃO PAULO. DECRETO ESTADUAL 43.283, de 3 de julho de 1998.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei 9.533, de 30 de abril de 1997.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei 14.922, de 28 de dezembro de 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei 16.371, de 12 de janeiro de 2017.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, 2018.

FONTES, V Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**. Niterói, v.5, n.8, p. 45-67, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/9>. Acesso em nov. 2020.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIZON, N.; CARVALHO, H. J. R.; ZANIN, M. Bancos comunitários de desenvolvimento: tendências e lacunas nas publicações acadêmicas brasileiras. **Revista de Desenvolvimento Econômico** (RDE), n. 2, p. 699-719, dez. 2015.

FURTADO, C. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo 2019**. Disponível em: <http://www.ibqp.org.br/gem/download/>. Acesso em julho 2020.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo 2018**. Disponível em: <http://www.ibqp.org.br/gem/download/>. Acesso em julho 2020.

GERMER, C. M. O capital bancário e a relação indústria-bancos na teoria de Marx. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 129-158, mar. 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/9241>

GERMER, C. M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 1, p. 179-201, 1994.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROLETTI, Domingos. Os desafios do sindicalismo no século XXI. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007.p. 307 - 326.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de Desenvolvimento.
Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821>

GONCALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez: São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.

GONZALEZ, L.; PORTO, L; DINIZ, E. H. Microcrédito produtivo no Brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 22, n. 72, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Manual Normativo: Banco do Povo Paulista V.3.1.5, junho de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Manual Normativo: Banco do Povo Paulista V.4.1, novembro 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HELMS, B. *Access for all: building inclusive financial systems*. Washington: Consultative Group to Assist the Poor, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

IAMAMOTO, M.V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. *et al* (ORGS.). **Política Social no capitalismo**; tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em marc. 2021. JORDÃO, R. T. A. **Comunicação Como Estratégia De Ação Social**: O Banco Do Povo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa stricto-sensu, Faculdade Casper Líbero, São Paulo,

2006. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/mestrado/dissertacoes/a-comunicacao-como-estrategia-de-acao-social-o-banco-do-povo/>. Acesso em nov. 2020.

LIMA, F. M. N. **Microcrédito e bancarização no Brasil de 1995 a 2013**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, S. N. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. **Revista do BNDES** 32, dezembro 2009. Disponível em: <https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Microcredito%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20geracao%20de%20emprego%20e%20renda.pdf>. Acesso em nov.2019.

LODI, J. B. A **Entrevista**: teoria e prática. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

MANIGLIA, C. L. C. **Banco do Povo Paulista de Franca (SP): uma análise da política pública de microcrédito**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado Interdisciplinar, Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, Franca, 2019. Disponível em: <http://pos.unifacef.com.br/pt/mestrado/producao/dissertacoes/>. Acesso em nov. 2020.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas** - Unitau, v. 4, n. 1, p. 124-136, jan- jul/2011.

_____. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap** on-line, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2019.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, L. S. Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior. **Psic.: Teor. e Pesq.** Brasília, v. 32, n. spe, e32ne212, 2016.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, 37(4), 1569-1614EUA, 1999.

MOREIRA, N. C. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres: o caso do Banco Popular Crédito Solidário**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/teses-dissertacoes/microcredito-e-empoderamento-de-mulheres-o-caso-do-banco-popular-credito>. Acesso em nov. 2020.

MOTA, R. C. L. Empreendedorismo do banco popular de Ipatinga: alternativa de enfrentamento ao desemprego? Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/raquelmota.pdf>. Acesso em out.2019

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8a. Edição. Editora Cortez. SP, 2012.

NOBRE, F. C. *et. al.* A Amostragem na Pesquisa de Natureza Científica em um Campo Multiparadigmático: Peculiaridades do Método Qualitativo. >>Atas CIAIQ2016 >>Investigação Qualitativa em Ciências Sociais //Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales, v. 3. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/938/921>. Acesso em nov. 2019.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Educação, Cultura, Linguagem e Arte**. UNIOESTE, s/d.

Oliveira, F. A. de. Schumpeter: a destruição criativa e a economia em movimento. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 10 Nº 16 Jan-Jun 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/SchumpeterUFJF-2-para-pdf.pdf>. Acesso em mar.2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. A ONU e o desenvolvimento. Disponível em :<<https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>>Acesso em nov. 2019.

PENTEADO, C. L. de C; CRUZ JUNIOR, B. G. A germinação do empreendedor do Brasil contemporâneo: o neoliberalismo visto sob o contexto nacional recente. *Estud. sociol.* Araraquara v.25 n.49 p.343-366 jul.-dez. 2020

PERSSON, E. e NETO L. A Ideologia da Burocracia: Rediscutindo o Argumento Tragtenberguiano. **XXXIX Encontro da ANPAD**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282021707_A_Ideologia_da_Burocracia_Rediscutindo_o_Argumento_Tragtenberguiano. Acesso em nov. 2020.

PICCOLO, G. M; MENDES, E.G. Sobre o Método em Marx. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 1, p. 70-81, jun. 2012. Disponível em <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9405/6843>. Acesso em ago. 2020.

PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 3 (número especial), p. 44-66, 2014.

PITT, M. e SHAHIDUR R. K. “The Impact of Group- Based Credit Programs on Poor Households in Bangladesh: Does the Gender of Participants Matter?” **Journal of Political Economy**, vol. 106, no. 5, pp. 958–996, 1998.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Banco do Povo Paulista oferece crédito ao microempreendedor, 2018. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/banco-do-povo-paulista-oferece-credito-ao-microempreendedor/>>. Acesso em mai. 2019.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Banco do Povo Paulista comemora 10 anos, 2008. Disponível em:

<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/banco-do-povo-paulista-comemora-10-anos/>>. Acesso em mai.2019.

SAY, Jean-Baptiste. Tratado de economia política. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1983

RENZI, Adriano; HENZ, Aline Patrícia; RIPPEL, Ricardo. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DO CRESCIMENTO À PROSPERIDADE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 15, n. 6, dez. 2019. ISSN 1809-239X. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5185>>. Acesso em: mar. 2021.

SAVEDRA, S. S; ANGELO, H.S; MOLINA, L. R. Acumulação Flexível, Pertencimento Político e Solidariedade de Classes. GT “Trabalho, sindicalismo e ação coletiva” na **VIII Semana de Ciências Sociais e IV Colóquio Internacional de História da África**, realizados entre os dias 18 e 21 de novembro de 2018, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus Juazeiro/BA. Disponível em:

https://www.academia.edu/40863306/ACUMULA%C3%87%C3%83O_FLEXIVEL_PERTENCIMENTO_POL%C3%8DTICO_E_SOLIDARIEDADE_DE_CLASSES_Uma_investiga%C3%A7%C3%A3o_da_organiza%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_dos_trabalhadores_terceirizados_da_Universidade_Federal_do_Vale_do_S%C3%A3o_Francisco

SANTIAGO, E. G. Vertentes Teóricas sobre Empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, v. 40 n. 2, 2009. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/488>. Acesso em out. 2019.

SANTOS, E; BRAGA, V.; SANTOS, R.; BRAGA, A. Desenvolvimento: um conceito em construção. **GRD - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução da Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. (Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro). 2 Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

SEBRAE. Relatório especial Março 2019 Empreendedorismo Feminino no Brasil. Disponível em:

sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf. Acesso em marc. 2021

SILVA, S. P. M. Experiência Vivida De Empreendedoras Que Buscam Financiamento No Banco Do Povo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado em Administração, Universidade Municipal De São Caetano Do Sul, São Caetano do Sul, 2011. Disponível em: https://www.uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/ppga/mestrado-em-administracao/acervo/2011/DISSERTACAO_SUELY_PERCINIO_MOREIRA_SILVA.pdf. Acesso em nov. 2020.

SILVEIRA, G. C. P. **Microcrédito no Brasil (Eficiência Social e financeira):** Limites e Possibilidades. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
2017. Disponível em:
<http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2006?task=document.download&id=245>. Acesso em nov. 2019.

SILVEIRA, G. C.; CORDEIRO L. M. C.; GONÇALVES M. E. **Enfoques do microcrédito: um estudo sobre a eficiência da oferta no Brasil, através da análise envoltória de dados-DEA** - Revista Econômica do Nordeste, Vol. 49, Ed. 02, p. 149-168, 2018

SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. acesso em ago.2020

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 209-244, Dec. 2000.. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em set. 2020.

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta**, Rio de Janeiro 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. Acesso em out.2020

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TRUJILLO, F. A. **Metodologia da Ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VALENTIM, E. C.do R; PERUZZO, J. F. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. **Temporalis**, v.17. n. 34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/17914>. acesso em ago.2020

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2006.

APÊNDICE A

Instrumento para levantamento de informações do Banco do Povo

Número de usuários atendidos no período de 2015 a 2018

Sexo

Idade

Profissão

Estado civil

Tipo de atividade

Valor emprestado

Número de empréstimos efetivados por usuário/ano

Região de moradia

APENDICE B

Perfil dos Entrevistados

→Identificação

Nome:

Idade

Sexo

Estado civil

Profissão

APENDICE C

Roteiro de Entrevista

→ Questões

- Trajetória pessoal e profissional
- Experiência com o Banco do Povo
- Resultados obtidos
- Avaliação do Banco do Povo.

ANEXO I

OFÍCIO

Banco do Povo Paulista Taubaté

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Doc. Fed. nº 78/204/75
Reconhecida pelo CEE/SP
CNPJ 45.176.152/0001-22

PPPG – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-
SP 12020-040
Tel: (12) 3625-4217 Fax: (12)
3632-2947
pppg@unitau.br



Ofício nº PPGEDH – 005/2020

Taubaté, 04 de março de 2020.

Prezado (a) Senhor (a)

Somos presentes a V. Exa. Para solicitar permissão realização de pesquisa pelo aluno **José Dimas Ramos Mota Junior**, do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o corrente ano de 2020, intitulado **"BANCO DO POVO PAULISTA: o desenvolvimento humano através dos mecanismos de financiamento popular."** O estudo será realizado na unidade do Banco do Povo Paulista da cidade de Taubaté, sob a orientação da **Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola**. Para tal, será realizada a coleta de dados com 02 usuários do banco por meio de entrevista elaborada para este fim. Será mantido o anonimato dos participantes e as perguntas são referentes a percepções do usuário e não entram em assuntos de sigilo bancário.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passará por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com **José Dimas Ramos Mota Junior**, telefone (12) 99171-3525, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Alessandra Aparecida Ramos
Secretária do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano

Agente de crédito: Elenis Franco Quintanilha
Banco do Povo Paulista Taubaté
Endereço: Prq Dr. Barbosa de Oliveira, S/N – Centro
Taubaté - SP

recebido 04/03/2020
R. P. de Oliveira
crédito

ANEXO II
TERMO DE AUTORIZAÇÃO
Banco do Povo Paulista Taubaté

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Taubaté, 05 de Abril de 2020.

Prezado Senhor (a)

De acordo com as informações do ofício nº 005/2020 sobre a natureza da pesquisa intitulada "BANCO DO POVO PAULISTA: o desenvolvimento humano através dos mecanismos de financiamento popular" e propósito do trabalho a ser executado pelo aluno José Dimas Ramos Mota Junior, do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP, e após a análise do conteúdo do projeto de pesquisa a Instituição que represento, autoriza a realização de entrevista com 02 usuários do Banco do Povo Paulista da cidade de Taubaté, ressaltando que será mantido o anonimato do entrevistado.



Elenis Franco Quintanilha
Agente de Crédito Banco do Povo Paulista – Taubaté

ANEXO III

OFÍCIO

Banco do Povo Paulista São José dos Campos

Universidade de Taubaté
 Autarquia Municipal de Regime Especial
 Reconhecida pelo Det. Fed. nº 79.824/78
 Reconhecida pelo CEBESP
 CNPJ 45.178.153/0001-02

PPPGD – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
 Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-
 SP 12030-040
 Tel.: (12) 3625-4217 Fax: (12)
 3622-2947
 pppgd@unitau.br

45th



Ofício nº PPGEDH – 006/2020

Taubaté, 04 de março de 2020.

Prezado (a) Senhor (a)

Somos presentes a V. Exa. Para solicitar permissão realização de pesquisa pelo aluno **José Dimas Ramos Mota Junior**, do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o corrente ano de 2020, intitulado **"BANCO DO POVO PAULISTA: o desenvolvimento humano através dos mecanismos de financiamento popular."** O estudo será realizado na unidade do Banco do Povo Paulista da cidade de São José dos Campos, sob a orientação da **Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola**. Para tal, será realizada a coleta de dados com 02 usuários do banco por meio de entrevista elaborada para este fim. Será mantido o anonimato dos participantes e as perguntas são referentes a percepções do usuário e não entram em assuntos de sigilo bancário.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passará por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com **José Dimas Ramos Mota Junior**, telefone (12) 99171-3525, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Alessandra Aparecida Ramos
 Secretária do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano

Agente de credito: Daniel Veneziani Vantine
 Banco do Povo Paulista São José dos Campos
 Endereço: Rua Francisco Paes, 56, Centro
 São José do Campos - SP

Daniel Veneziani Vantine
 Agente de Crédito
 São José dos Campos - SP

ANEXO IV
TERMO DE AUTORIZAÇÃO
Banco do Povo Paulista São José dos Campos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

São José dos Campos, 05 de Abril de 2020.

Prezado Senhor (a)

De acordo com as informações do ofício nº 006/2020 sobre a natureza da pesquisa intitulada "BANCO DO POVO PAULISTA: o desenvolvimento humano através dos mecanismos de financiamento popular" e propósito do trabalho a ser executado pelo aluno José Dimas Ramos Mota Junior, do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP, e após a análise do conteúdo do projeto de pesquisa a Instituição que represento, autoriza a realização de entrevista com 02 usuários do Banco do Povo Paulista da cidade de São José dos Campos, ressaltando que será mantido o anonimato do entrevistado.


Daniel Venceslau
Agente de Crédito Banco do Povo Paulista – São José dos Campos

ANEXO V

Termo de consentimento Livre e Esclarecido

1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa "BANCO DO POVO PAULISTA: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular.", sob a responsabilidade do pesquisador José Dimas Ramos Mota Junior.

A pesquisa objetiva conhecer as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista acerca dos resultados obtidos com os recursos disponibilizados, por meio de entrevista com usuários do Banco do Povo Paulista das cidades de São José dos Campos e Taubaté.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em contribuir com o debate sobre o microcrédito e os bancos populares de forma que essa política seja aperfeiçoada em favor das classes populares, podendo vir a ser uma opção eficaz para o enfrentamento dos alarmantes níveis de pobreza. Os riscos oferecidos são mínimos aos participantes, visto que se trata de uma entrevista amigável e o /a Sr. (a) não serão identificados e também poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento se sentirem-se constrangidos. Entretanto, para evitar que ocorram danos, todos os cuidados necessários serão tomados para manutenção do sigilo de sua identidade. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

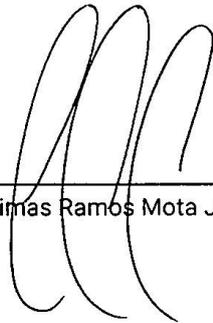
Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99171-3525 (podendo inclusive ligar "a cobrar") ou e-mail dimasmotajr@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.



José Dimas Ramos Mota Junior

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "BANCO DO POVO PAULISTA: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular.", de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) participante

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

ANEXO VI

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BANCO DO POVO PAULISTA: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular.

Pesquisador: JOSE DIMAS RAMOS MOTA JUNIOR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30259620.1.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.018.866

Apresentação do Projeto:

O microcrédito é uma das estratégias construídas na sociedade capitalista contemporânea visando o enfrentamento da pobreza e do desemprego. O Banco do Povo é uma das instituições que realiza essa política no estado de São Paulo desde 1977. A pesquisa objetiva conhecer as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista acerca dos resultados obtidos com os recursos disponibilizados. Como objetivos específicos visa conhecer as estruturas e a dinâmica do Banco do Povo Paulista; levantar os resultados obtidos pelo Banco do Povo Paulista nos municípios de São José dos Campos e Taubaté nos últimos cinco anos e identificar as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista sobre a contribuição para o seu desenvolvimento. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa: em um primeiro momento se realizará levantamento de informações de indicadores do Banco do Povo nos respectivos municípios (número de usuários nos últimos 05 anos, principais destinação dos recursos, montante dos recursos destinados, perfil dos usuários). Na segunda etapa da pesquisa serão realizadas entrevistas baseadas em um roteiro com 2 usuários por município. As entrevistas serão analisadas pela técnica da triangulação.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as percepções dos usuários do Banco do Povo Paulista acerca dos resultados obtidos com os recursos disponibilizados.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.520-040
UF: SP **Município:** TAUBATÉ
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.018.868

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada avaliação de riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados adequadamente.

Recomendações:

Caso ocorra qualquer mudança metodológica importante, como a alteração na forma de coleta de dados ou do instrumento de coleta em decorrência do isolamento social em virtude da COVID 19, a alteração deverá ser informada ao CEP/UNITAU por meio de uma emenda postada na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendência atendida. Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada em 08/05/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1504452.pdf	27/04/2020 13:16:55		Aceito
Outros	AUTORIZACAOSAJOSEDOCAMPOS.pdf	27/04/2020 13:16:10	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Outros	AUTORIZACAOTAUBATE.pdf	27/04/2020 13:15:41	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Outros	OFICIOSAJOSE.pdf	25/03/2020 17:57:21	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLEASSINA.pdf	25/03/2020 17:57:05	JOSE DIMAS RAMOS MOTA JUNIOR	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.018.866

Ausência	TCLEASSINA.pdf	25/03/2020 17:57:05	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Outros	OFICIOTAUBATE.pdf	23/03/2020 18:42:12	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	15/02/2020 10:04:36	JOSE DIMAS RAMOS MOTA JUNIOR	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSO.pdf	15/02/2020 09:53:39	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	15/02/2020 09:49:59	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	15/02/2020 09:37:12	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	15/02/2020 09:35:47	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	15/02/2020 09:34:53	JOSE DIMAS RAMOS MOTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 11 de Maio de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br